

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal



Relatório de Atividades e Contas do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal do Ano de 2019



Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

O Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar as atividades que foram desenvolvidas face ao que foi previsto realizar no Plano de Atividades.

Os dados apresentados no presente documento são fruto do levantamento e sistematização da informação recolhida a partir dos registos quantitativos do Solf Gold, para as respostas sociais, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), operacionalizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS).

INTRODUÇÃO

Alcácer do Sal é a sede de um município de grandes dimensões (o segundo maior do país), com 1479,94 km² de área, mas apenas com cerca de 13 mil habitantes, subdivididos em quatro freguesias: Comporta, São Martinho, Torrão e União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana.

A SCMAS, está localizada na União das Freguesias de Alcácer do Sal¹ (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana. Segundo os dados do INE 2012 a União de Freguesias de Alcácer do sal tem 916 Km² e uma população residente de 9.033.

RESPOSTAS SOCIAIS

Consideram-se de apoio social os estabelecimentos em que sejam prestados serviços de apoio às pessoas e às famílias, independentemente de estes serem prestados em equipamentos ou a partir de estruturas prestadoras de serviços, desde que prossigam os objetivos do sistema de ação social:

a) A prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência e de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;

¹ Pertencem a esta freguesia as localidades de: Pinheiro; Palma; Quinta do Ouvidor; Monte Novo de Palma; Alberge; Montevil; Cachopos; Monte Novo do Sul; Batalha; Montalvo; Foros de Albergaria; Albergaria; Castelo Ventoso; Arêz; Vale de Guizo; Santa Catarina; Santa Susana; Barrancão; Foros Corte Pereira; Pego do Altar e Vale de Figueiras.



b) A integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;

c) A especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos.

Os serviços, referidos, para a população idosa concretizam-se, nomeadamente, através da Resposta Social da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e no âmbito do apoio à família e comunidade o Serviço de Apoio Domiciliário.

RESPOSTAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO IDOSA EXISTENTE NO CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Ao nível da resposta social de SAD², conforme Tabela n.º 1, verificamos que a capacidade total, existente, é de 235 vagas distribuídas pelas seis Instituições existentes no concelho e beneficiavam da resposta a 31 de dezembro de 2019, cento e noventa e cinco utentes.

Tabela 1 | RESPOSTA DE SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO NO
CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Concelho/Freguesia	Instituição	Capacidade	N.º Utentes	Horário	Certificações	
					Norma ISO	Marca ISS, IP
Comporta	Centro Social Paroquial São Pedro da Comporta	55	30	8h-20h	ISO9001	--
São Martinho	Associação de Apoio Social de Casebres	10	10	8h-18h	--	--
Torrão	Santa Casa da Misericórdia do Torrão	45	35	9h-21h	--	--
União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo, Santiago e Santa Susana)	Associação Unitária de Reformados Pensionistas Idosos do Concelho de Alcácer do sal (AURPICAS)	70	68	9h-21h	--	--
	SCMAS	55³	37	8h-20h	--	--
	Centro Social e de Santa Susana	15	15	8h-17h	--	--

Na análise da Tabela n.º 1 verificamos que a resposta de SAD, da SCMAS, está entre as Instituições com maior capacidade de resposta e apresentada o maior número de utentes a beneficiar da presente resposta de apoio à família.

² Dados relativos a 31 de dezembro de 2019, conforme informação disponível na Carta Social.

³ Apesar de ser omissão a referência à capacidade da resposta no Acordo de Cooperação, a Carta Social apresenta a capacidade da resposta para cinquenta e cinco utentes.



O SAD da SCMAS, responde apenas aos pedidos das famílias residentes em Alcácer do Sal, no horário compreendido entre as 8h e as 20h.

De salientar que existe, no concelho, uma Instituição certificada da Norma da Qualidade ISO 9001.

Quanto à resposta social da ERPI, no concelho, verificamos que a capacidade total⁴ instalada, Tabela n.º 2, é de 268 vagas distribuídas pelas cinco Instituições e beneficiavam da resposta a 31 de dezembro do ano transato 239 Idosos.

Tabela 2| ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Concelho/Freguesia	Instituição	Capacidade	N.º Utentes	Certificações	
				Norma ISO	Marca ISS, IP
São Martinho	Associação de Apoio Social de Casebres	13	13	--	--
Torrão	Santa Casa da Misericórdia do Torrão	41	41	--	--
	Centro Social Rio de Moinhos	23	21	--	--
União das Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo, Santiago e Santa Susana)	Associação Unitária de Reformados Pensionistas Idosos do Concelho de Alcácer do sal (AURPICAS)	68	68	--	--
	SCMAS	123⁵	96	--	--

Na resposta de ERPI a SCMAS, destaca-se na capacidade de resposta, mesmo não contabilizando as vagas que a ERPI José Godinho Jacob vai permitir a partir de 2021.

Nesta resposta, ressalta-se a inexistência de informação quanto à existência de vagas para descanso do cuidador e constatamos que nenhum dos equipamentos está à data certificado com qualquer das Normas ISO.

RESPOSTAS SOCIAIS DA SCMAS

A SCMAS, desenvolve duas respostas sociais, SAD e ERPI, com três estruturas residenciais e possui acordo de cooperação quer para o SAD quer para as ERPI's.

⁴ Dados relativos a 31 de dezembro de 2019, conforme informação disponível na Carta Social.

⁵ Capacidade calculada com a capacidade, total, da ERPI José Godinho Jacob.



No que concerne ao SAD o acordo cooperação vigora desde 30 de dezembro de 2004 abrange quarenta utentes em acordo, sendo omissa no acordo de cooperação a capacidade⁶ da resposta.

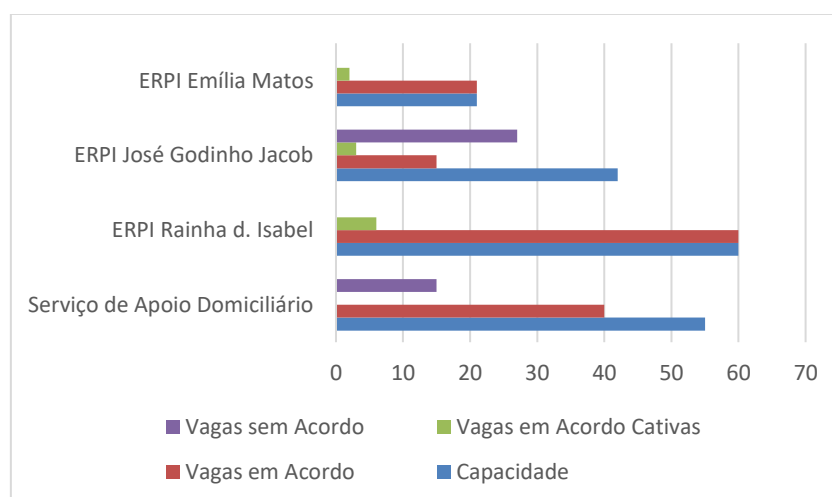
Para as ERPI's a SCMAS, possui também acordos de cooperação para cada uma das estruturas. Assim para a ERPI José Godinho Jacob, com a capacidade de quarenta e dois residentes possui acordo de cooperação para quinze residentes e três vagas cativas desde 29 de abril de 2011.

Na ERPI Rainha D. Isabel, o acordo de cooperação vigora desde 01 de maio de 2011, no qual a capacidade é igual ao número de residentes em acordo, sessenta, existindo seis vagas cativas. Quanto à ERPI Emília Matos, a capacidade é igual ao número de residentes, em acordo, com a totalidade de vinte e um, existindo duas vagas cativas e o acordo de cooperação está estabelecido entre as partes desde 01 de dezembro de 2009.

Tabela 3 | TIPOLOGIA DAS VAGAS EXISTENTES

Resposta Social	Capacidade	Vagas em Acordo	Vagas em Acordo Cativas	Vagas sem Acordo
Serviço de Apoio Domiciliário	55	40	0	15
ERPI Rainha d. Isabel	60	60	6	0
ERPI José Godinho Jacob	42	15	3	27
ERPI Emília Matos	21	21	2	0

GRÁFICO 1 | TIPOLOGIA DAS VAGAS EXISTENTES



⁶ Na Carta Social, a informação é de 55 Uteses quanto à Capacidade.



Na análise dos dados, sistematizados na Tabela n.º 3 e Gráfico n.º 1, verificamos que as vagas em acordo representam o total de noventa e seis residentes, para um total de cento e vinte e três vagas, situação que poderá exigir uma análise financeira dado o enquadramento legal existente para o cálculo da comparticipação mensal.

AVALIAÇÃO GLOBAL

No ano de 2019, no que concerne à intervenção operacionalizada a partir das respostas sociais desenvolvidas pela SCMAS, iniciou-se um “novo desenho” modelo de intervenção transversal às duas respostas sociais, consequência da realização do diagnóstico realizado de 11 de junho e 09 de julho, resultado da admissão da nova Diretora Técnica.

O grande desafio foi planear de forma estratégica o trabalho a desenvolver, assim como definir os eixos estratégicos prioritários, sistematizados na Tabela n.º 4.

Tabela 4 | EIXOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS

EIXO ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Liderança e Visão Estratégica	Promover uma cultura organizacional colaborativa e aprendente
	Definição de Funções do Diretor Geral / Diretora Técnica
Qualidade dos Serviços	Organizar o Processo Médico do Residente
	Organizar o Gabinete Médico
	Capacitação/Formação
	Aperfeiçoar o processo dos registos para simplificação dos processos
	Otimizar os Recursos Humanos
Adequação e Cumprimento da Legislação Enquadradora e Acordo de Cooperação	Manter e Estimular as capacidades remanescentes da pessoa idosa
	Reorganizar o Processo Individual
	Portaria n. 67/2012 de 21 de março
	Portaria n.º 196-A/2015 de 01 de julho
	Portaria n.º 38/2013 de 30 de janeiro
	Circulares de Orientação Técnica Circular n.º 4 de 16-12-2014 Circular n.º 5 de 23-12-2014



Da avaliação diagnóstica, realizada, foi ainda proposta uma matriz de responsabilidades quanto à elaboração e/ou reformulação de documentos estruturantes para as respostas sociais existentes conforme se observa na Tabela n.º 5, assim como foi definido um mapa síntese de execução a implementar conforme se apresenta na Tabela n.º 6.

Tabela 5 | PROPOSTA DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DOS

DOCUMENTOS/INTERVENÇÃO ESTRUTURANTES

DOCUMENTO	RESPONSABILIDADES				INICIADO	CONCLUÍDO	NÃO INICIADO
	R	A	C	I			
Planeamento Estratégico	DG	MA	DT ET	TC			X
Relatório de Monitorização do Planeamento estratégico	DG		DT ET	TC			X
Reformulação e Atualização do Regulamento Interno e Minuta do Contrato	DG	MA	DT		X/DT ⁷	X/DT	
Plano de Atividades Anual	DT	MA	ET	TC		X	
Relatório de Atividades Anual	DT		ET	TC		X	
Avaliação do Grau de Satisfação dos Colaboradores	DG		DT ET	TC			X
Levantamento Anual Necessidades de Formação	DG		DT	TC			X
Avaliação do Grau de Satisfação dos Residentes e Famílias	DT		ET	TC			X
Avaliação do Grau de Satisfação dos Beneficiários e Familiares do SAD	DT		ET				X
Dossier Individual do Colaborador	DG		DT				X
Inscrição para Integração na ERPI	ES						X
Atendimento a Candidato para ERPI	DT				X		
Apresentação de Proposta a Residente com os Cálculos Referente à Participação Mensal	DT	MA			X		
Definição da Metodologia de Intervenção	DT	MA	DG ET	TC	X	X ⁸	
Elaboração de Instrumentos Técnicos	DT		ET	DG	X		
Elaboração de Horários	DG		EG DT		X/DT		

⁷ Minuta do Contrato.

⁸ Formação de Cuidados em Humanidade®.



Dirigir, programação das atividades/intervenção, coordenação e supervisão dos colaboradores da ERPI	DT		ET DG	TC	X		
Promover reuniões Técnicas com os Colaboradores	DT			DG	X		
Promover reuniões com os Residentes, nomeadamente para a Preparação das Atividades a Desenvolver	DT		ET	ET DG	X		
Sensibilizar os Colaboradores para a problemática da Pessoa Idosa	DT		ET	DG	X		
Planificar e coordenar as atividades sociais, culturais e ocupacionais dos residentes	DT		ET	DG	X		

R- Responsável: Responsável por elaborar o documento; A- Autoridade: Quem deve aprovar o documento; C- Consultado: Quem deve ser consultado e participar na preparação do documento. I- Informado: Quem deve receber o documento a título de informação. **DG-** Diretor Geral. **DT-** Diretora Técnica. **MA-** Mesa Administrativa. **TC-** Todos os Colaboradores. **ET-** Equipa Técnica. **EG-** Encarregada Geral.**ES-** Elemento da Secretária.

Tabela 6 | MAPA SÍNTESE DE EXECUÇÃO

EIXO ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES	INICIADO	CONCLUÍDO	NÃO INICIADO
LIDERANÇA E VISÃO ESTRATÉGICA	Promover uma Cultura Organizacional Colaborativa e Aprendente	Contribuir para a reflexão e conhecimento da Equipa	- Avaliação e intervenção interdisciplinar; -Realização de reuniões de equipa (técnicos; cuidadoras e encarregadas) de avaliação, acompanhamento do Plano de Intervenção; - Partilha da informação e conhecimento técnico e legislativo.	X		
		Promover o trabalho em equipa		X		
		Melhorar a comunicação interna	Transformar a comunicação num processo contínuo dentro da SCMAS de forma a aumentar o compromisso dos colaboradores e promover a criação de uma cultura única - cultura SCMAS	X		
	Definição de Funções do Diretor Geral/ Diretora Técnica	Eliminação de entropia organizacional	Elaboração da Descrição e Análise de Funções para cada categoria profissional.			X
		Definição de responsabilidades				X



	Representação	Representar, Promover e assumir a Defesa dos Interesses da SCMAS	- Assegurar a representação Institucional nos diferentes “palcos”, Rede Social, Comissão Social de Freguesia etc. - Promover um relacionamento institucional construtivo e dialogante, com o município e outras entidades, com vista à celebração de parcerias com impacto real na intervenção desenvolvida que potencie a criação de valor.	X		
		Fomentar a articulação interinstitucional	Promover desenvolver e manter as relações e as atividades conjuntas com as Instituições Parceiras.	X		
			Estabelecer parcerias com a Academia com vista à realização de Estágios e Estudos Académicos na área da Gerontologia.	X		
QUALIDADE DOS SERVIÇOS	Melhorar o acesso à informação Médica	Organizar o Processo Médico do Residente	-Organizar e atualizar a informação, Médica, referente a cada Residente.	X	X	
			- Definição do Plano de Acolhimento do Residente; -A admissão de Residente deverá coincidir com o dia de presença do Médico na Instituição.	X		
	Melhorar o acesso à informação /equipamento Médico	Organizar o Gabinete Médico	-Reorganizar e arrumar todo o espaço afeto ao Gabinete Médico.	X	X	
	Capacitação/Formação	-Assegurar a participação da equipa de Colaboradores nas ações de formação	- Formação interna: - Como comunicar com a Pessoa com Demência; - Formação contínua da equipa com objetivo de identificação de necessidades e/ou novas áreas de intervenção; - Formação externa: - Formação Cuidados em Humanidade, com vista à Certificação Unidade Humanidade®; - Realização de reunião semanal com a Equipa Técnica e Encarregadas; - Realização de reunião semanal da Diretora Técnica, Encarregadas e Cuidadoras; - Acompanhamento de proximidade e	X		



			supervisão da prática /cuidados e intervenção alargada, designadamente através da partilha de conhecimento e/ou práticas para gerir e/ou ultrapassar constrangimentos e oportunidades. -Elaboração do Plano anual de Atividades. - Elaboração anual do Relatório de Atividades.			
Aperfeiçoar o processo dos registos para simplificação dos processos	Melhorar a monitorização da intervenção desenvolvida		Formação interna: - Ferramenta informática Softgold;	X		
			- Criar canais de comunicação mais simplificados.	X		
			- Sistematizar e manter atualizada a avaliação global do residente.	X		
Otimizar os Recursos Humanos	- Estabilizar a equipa de Cuidadoras. - Envolvimento da equipa de Colaboradores na Missão da Instituição. - Avaliação do grau de satisfação dos colaboradores	- Alteração dos horários de trabalho para três turnos 8/16, 16/24;0/8. - Ajustar as Ajudantes de Lar no nível respetivo e remuneratório. - Capacitar, acompanhar e supervisionar a intervenção das Cuidadoras; - Acompanhar, capacitar a equipa técnica; - Implementar mecanismos motivantes de reconhecimento dos colaboradores.	X			
Profissionalismo, Flexibilidade e Colaboração	Rigor e competência da equipa de colaboradores, capacidade de adaptação e espírito de partilha e de cooperação com todos os intervenientes		- Intervenção interdisciplinar	X		
			- Monitorizar e avaliar de forma contínua os processos			X
			-Acompanhamento, avaliação, e reformulação sempre que necessário do Plano de Desenvolvimento Individual.	X		
Manter e Estimular as Capacidades Remanescentes da Pessoa Idosa	Operacionalizar modelos e práticas de intervenção não farmacológica	- Musicoterapia -Dança sénior - Plano de prevenção das quedas - Movimento/mobilidade /funcionalidade - Estimulação dos sentidos primários	X			



			- Alimentação saudável, para combater a obesidade - Intervenção na estimulação das AVD's			
ADEQUAÇÃO E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO ENQUADRADORA E ACORDO DE COOPERAÇÃO	Garantir o funcionamento da Instituição em harmonia com a legislação em vigor e com as normas complementares inscritas no respetivo acordo, eliminando o risco da aplicação de contraordenações por parte da entidade competente/Instituto da Segurança Social	Portaria n. 67/2012 de 21 de março	-Disponer de um regulamento interno de funcionamento para cada resposta social	X		
		Portaria n.º 196-A/2015 de 01 de julho	atualizado	X		
		Portaria n.º 38/2013 de 30 de janeiro	-Aplicar as normas de comparticipação familiar	X		
		Reorganizar o Processo Individual	-Proceder à admissão de utentes com base nos critérios de admissão definidos nos respetivos estatutos e regulamento	X		
		Circulares de Orientação Técnica Circular n.º4 de 16-12-2014 Circular n.º 5 de 23-12-2014	-Manter o Processo Individual atualizado e instruído com a documentação obrigatória	X		

A operacionalização das ações a desenvolver de forma a cumprir com objetivos, sofreu alguns contratemplos em especial ao nível dos recursos humanos, situação que se normalizou após a contratação de colaboradores nas áreas em défice- cuidadoras, equipa da cozinha e manutenção. Este constrangimento foi transversal à equipa técnica que culminou na admissão de um estágio profissional e na contratação de uma Assistente Social no mês de setembro.

ENQUADRAMENTO LEGAL

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

O enquadramento legal para a resposta da ERPI remete-nos para os seguintes objetivos e princípios de atuação:

Objetivos	Princípios de Atuação
Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;	Qualidade, eficiência, humanização e respeito pela individualidade
Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo	Interdisciplinaridade
Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar	Avaliação integral das necessidades do residente
Potenciar a integração social	Promoção e manutenção da funcionalidade e da autonomia
	Participação e corresponsabilização do residente ou representante legal ou familiares, na elaboração do plano individual de cuidados



Quanto aos serviços a prestar nas ERPI's, segundo a legislação enquadradora a mesma define um conjunto de atividades e serviços, designadamente:

- a) Alimentação adequada às necessidades dos residentes, respeitando as prescrições médicas;
- b) Cuidados de higiene pessoal;
- c) Tratamento de roupa;
- d) Higiene dos espaços;
- e) Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais que visam contribuir para um clima de relacionamento saudável entre os residentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;
- f) Apoio no desempenho das atividades da vida diária;
- g) Cuidados de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde;
- h) Administração de fármacos, quando prescritos.

SCMAS/ERPI's

A SCMAS, a partir das três ERPI's possui uma capacidade de noventa e seis Residentes que se distribuem pelas três estruturas residenciais. Assim, e segundo os Acordos de Cooperação existentes no ano de 2019, das noventa e seis vagas de acordo onze constituem-se como vagas cativas, conforme a Tabela n.º 3 e Gráfico n.º 1.

ADMISSÕES

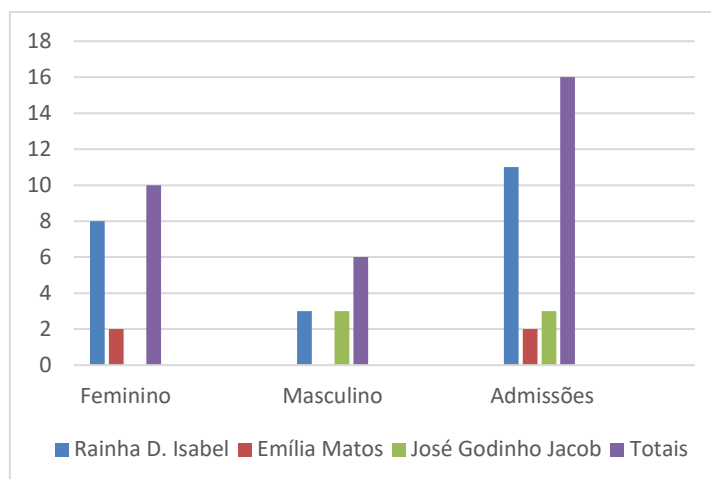
Ao nível da admissão de novos residentes, registou-se no ano de 2019 o total de desaseis novos residentes, sendo na ERPI's Rainha Dona Isabel onde se registou o maior número de entradas, como se pode observar a partir da análise da Tabela n.º 7 e Gráfico n.º 2.

Tabela 7 | DISTRIBUIÇÃO DAS ADMISSÕES

ERPI	Admissões por Género					
	Género Feminino		Género Masculino		Total Admissões	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Rainha D. Isabel	8	50	3	19	11	69
Emília Matos	2	12	--	--	2	12
José Godinho Jacob	--	--	3	19	3	19
Totais	10	62	6	38	16	100%



GRÁFICO 2| DISTRIBUIÇÃO DAS ADMISSÕES



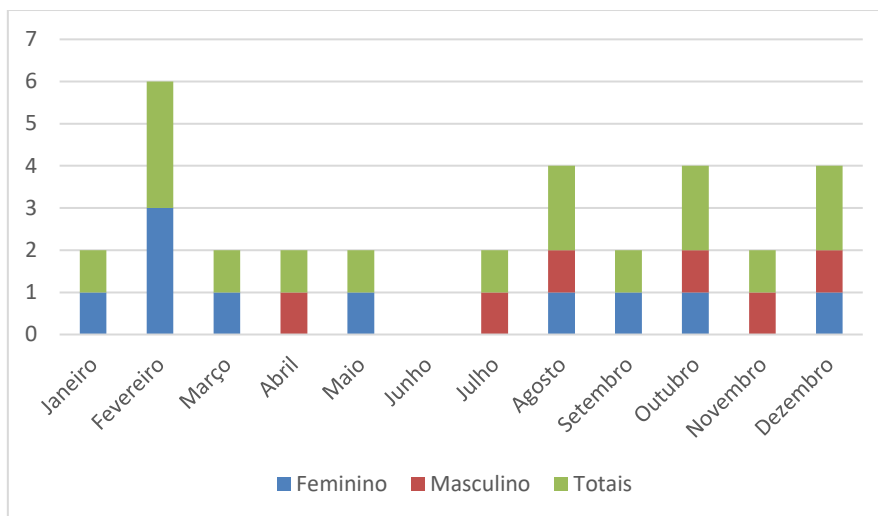
Como podemos analisar a partir da leitura da Tabela n.º 8 e Gráfico n.º 3, as admissões, ocorreram nos diferentes meses do ano exceto no mês de junho, onde não se registou nenhuma admissão. Já o mês de fevereiro foi o que registou o maior número de novas admissões.

Tabela 8| DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS ADMISSÕES

	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	6	3	22	1	6	-	-	1	6	-	-	-	-	1	6	1	6	1	6	-	-	1	6
Masculino	-	-	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	1	6	1	6	-	-	1	6	1	6	1	6
Total	1	6	3	22	1	6	1	6	1	6	-	-	1	6	2	12	1	6	2	12	1	6	2	12



GRÁFICO 3 | DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS ADMISSÕES

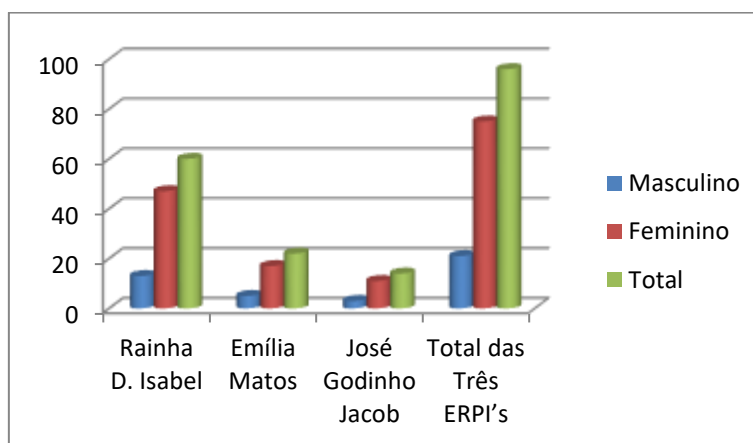


Como se verifica, a partir da análise dos dados apresentados, Tabela n.º 9 e Gráfico n.º 4, as ERPI's, mantiveram-se no ano de 2019 com a capacidade completa. Salienta-se a elevada percentagem de residentes do género feminino em qualquer uma das estruturas residenciais.

Tabela 9 | TOTAL DE RESIDENTES POR GÉNERO

	Rainha D. Isabel		Emília Matos		José Godinho Jacob		Total das Três ERPI's	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Masculino	13	14%	5	5%	3	3%	21	22%
Feminino	47	49%	17	18%	11	11%	75	78%
Total	60	63%	22	23%	14	15%	96	100%

GRÁFICO 4 | TOTAL DE RESIDENTES POR GÉNERO





Estes dados, colocam à SCMAS desafios ao nível da intervenção a desenvolver, isto porque segundo diversos estudos as mulheres vivem mais anos, mas têm menos tempo de vida saudável. Segundo o clínico Luís Campos, num artigo publicado a 25 de junho de 2019, as mulheres têm, em média, 6,3 anos de vida saudável e os homens 7,7. E esta desigualdade nos últimos anos de vida entre o sexo feminino e masculino representa um dos problemas de género mais graves no País.

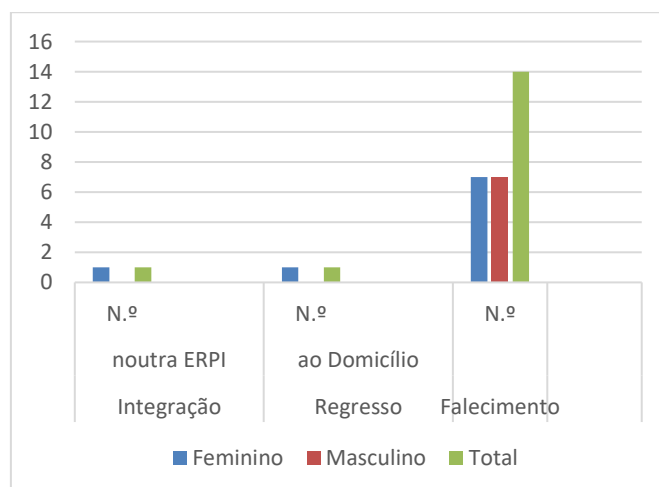
A admissão de novos residentes, surge na sequência da saída da ERPI de dois Residentes, por motivos familiares e/ou pessoais ou pela ordem natural da vida por falecimento. No ano de 2019 registaram-se quatorze falecimentos.

As duas saídas da ERPI, verificaram-se devido à saída para uma residente para uma instituição mais próxima da residência dos descendentes e uma residente, também do género feminino, que regressou ao domicílio do descendente de acordo com os dados apresentados na Tabela n.º 10 e Gráfico n.º 5.

TABELA 10| DISTRIBUIÇÃO DO MOTIVOS DE SAÍDA DA ERPI

Género	Integração noutra ERPI		Regresso ao Domicílio		Falecimento	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	1	1	1	7	7
Masculino	-	-	-	-	7	7
Total	1	1	1	1	14	14

GRÁFICO 5| DISTRIBUIÇÃO DO MOTIVOS DE SAÍDA DA ERPI





A ERPI destina -se à habitação de pessoas com 65 ou mais anos que, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer na sua residência. A ERPI, pode, também, integrar pessoas adultas de idade inferior a 65 anos, em situações de exceção devidamente justificadas.

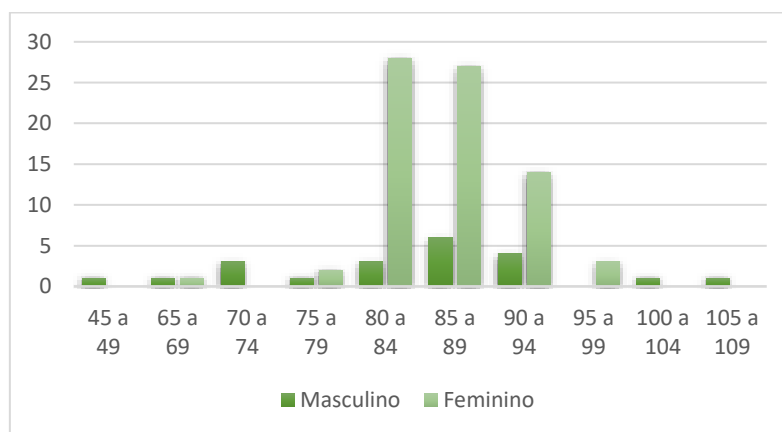
No que concerne à idade dos Residentes, verificamos que o intervalo de idades compreendido entre os 80 e os 89 anos de idade representa 66% do total dos Residentes das ERPI's, o que significa a existência de sessenta e quatro Idosos com idade superior aos 80 anos de idade. Ressalvamos ainda que os residentes com idades superiores aos 90 anos de idade representam o total de vinte e três residentes.

Na leitura da informação, Tabela n.º 11 e Gráfico n.º 6, verificamos que os residentes mais velhos são do género masculino com 102 e 105 anos de idade respetivamente.

Tabela 11 | DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES POR INTERVALOS DE ANOS IDADE

SEXO	Distribuição dos Residentes por Intervalos de Anos de Idade																			
	45 a 49		65 a 69		70 a 74		75 a 79		80 a 84		85 a 89		90 a 94		95 a 99		100 a 104		105 a 109	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Masculino	1	1%	1	1%	4	3%	1	1%	3	3%	6	6%	4	4%	0	0%	1	1%	1	1%
Feminino	0	0%	1	1%	0	0%	2	2%	28	29%	27	28%	14	15%	3	3%	0	0%	0	0%
Total	1	1%	2	2%	4	4%	3	3%	31	32%	33	34%	18	19%	3	3%	1	1%	1	1%

GRÁFICO 6 | DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES POR INTERVALOS DE ANOS IDADE



A condição de atribuição do complemento por dependência do 1.º grau, é uma prestação em dinheiro dada aos pensionistas que se encontram numa situação de dependência e que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana.



O requerimento, do referido complemento por dependência, exige segundo enquadramento legal que o candidato pensionista não tem autonomia para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana e que precisam da assistência de outra pessoa para realizar as tarefas domésticas, para fazer a sua higiene pessoal e para se deslocarem. Consideram-se os seguintes graus de dependência:

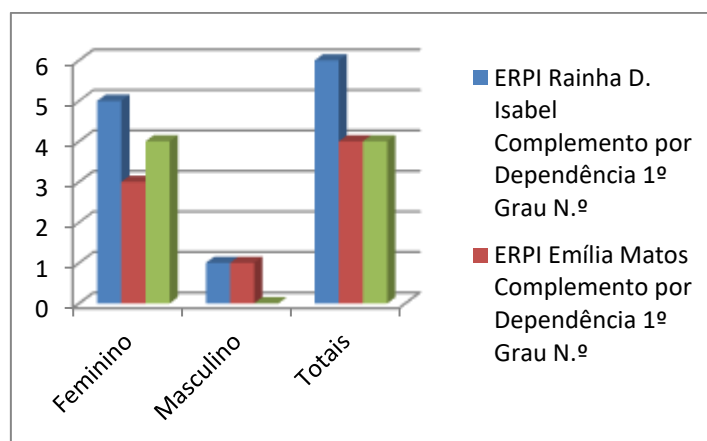
- 1.º grau, para pessoas sem autonomia para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana.
- 2.º grau para pessoas, além da dependência de 1.º grau, que se encontrem acamados ou com demência grave.

Analisando o número de residentes com o benefício mensal do Complemento por Dependência, verificamos que apenas quatorze residentes possuem a atribuição do mesmo, conforme a Tabela n.º 12 e Gráfico n.º 7.

Tabela 12| DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES COM COMPLEMENTO
POR DEPENDÊNCIA ATRIBUÍDO

Género	ERPI Rainha D. Isabel				ERPI Emília Matos				ERPI José Godinho Jacob			
	Complemento por Dependência 1º Grau		Complemento por Dependência 2º Grau		Complemento por Dependência 1º Grau		Complemento por Dependência 2º Grau		Complemento por Dependência 1º Grau		Complemento por Dependência 2º Grau	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	5	37%	S/inf.	--	3	21%	S/inf.	--	4	28%	S/inf.	--
Masculino	1	7%	S/inf.	--	1	7%	S/inf.	--	-	--	S/inf.	--
Totais	6	44%	--	--	4	28%	--	--	4	28%	--	--

GRÁFICO 7| DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES COM COMPLEMENTO
POR DEPENDÊNCIA ATRIBUÍDO





Constatamos na leitura dos dados da Tabela n.º 12 e Gráfico n.º 7, que efetivamente existe um número bastante reduzido de residentes a usufruir do complemento por dependência do 1.º grau fase às características dos residentes das diferentes ERPI's.

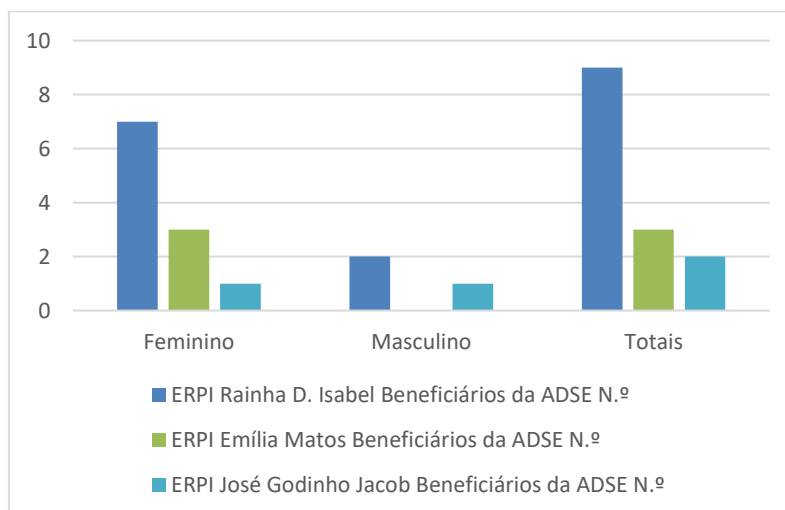
Em relação à atribuição do complemento por dependência do 2.º grau, quando atribuído ao pensionista é pago à Instituição, isto porque tendo a SCMAS um acordo de cooperação, isto é, recebe financiamento do Estado e o pensionista terá direito apenas ao complemento por dependência de 1.º grau e não ao complemento de 2.º grau.

Quanto aos quatorze residentes, dos quais se possui informação, beneficiários da ADSE, Tabela n.º 13 e Gráfico n.º 8, permite-lhes usufruir do reembolso, das despesas da ERPI, segundo a legislação em vigor.

Tabela 13 | DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DA ADSE

Género	ERPI Rainha D. Isabel		ERPI Emília Matos		ERPI José Godinho Jacob	
	Beneficiários da ADSE		Beneficiários da ADSE		Beneficiários da ADSE	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	7	50%	3	22%	1	7%
Masculino	2	14%	--	--	1	7%
Totais	9	64%	3	22%	2	14%

GRÁFICO 8 | DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DA ADSE



Quanto ao tempo de permanência nas ERPI's, verificamos que o intervalo compreendido entre 1-3 anos regista um total de trinta e cinco residentes, conforme Tabela n.º 14 e Gráfico n.º 9, seguindo-se a existência de vinte e quatro residentes a residir nas ERPI's da SCMAS



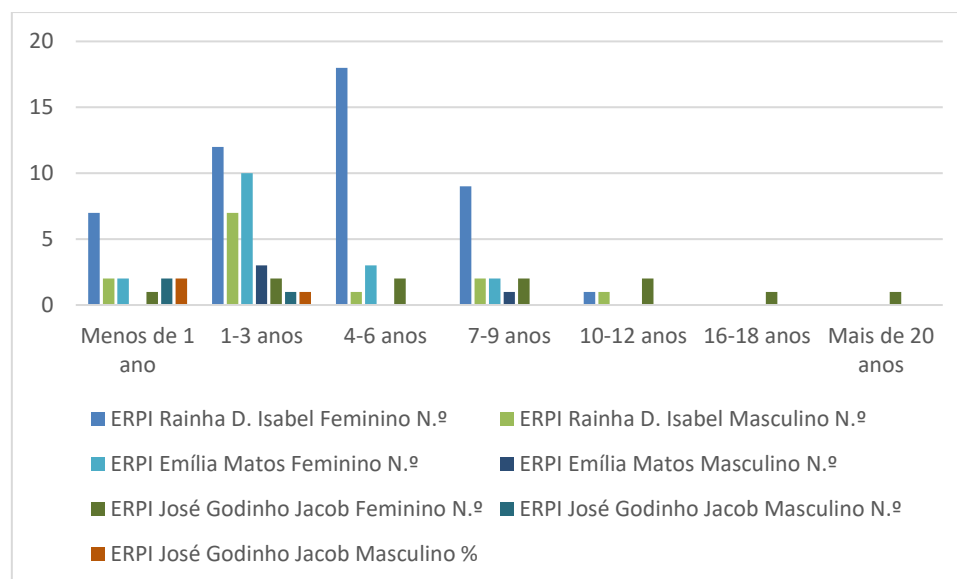
entre 4 a 6 anos. Salientamos a existência de duas residentes que residem na ERPI José Godinho Jacob há mais de 16 anos.

Estamos perante dados que nos exige, uma de intervenção criativa que mitigue as consequências da institucionalização de forma a que possamos “dar vida aos anos”.

Tabela 14 | TEMPO DE PERMANÊNCIA⁹ DOS RESIDENTES NAS ERPI'S

Intervalo de Anos	ERPI Rainha D. Isabel				ERPI Emília Matos				ERPI José Godinho Jacob			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 1 ano	7	7	2	2	2	2	-	-	1	1	2	2
1-3 anos	12	14	7	7	10	11	3	3	2	2	1	1
4-6 anos	18	20	1	1	3	3	--	--	2	2	--	--
7-9 anos	9	9	2	2	2	2	1	1	2	2	--	--
10-12 anos	1	1	1	1	--	--	--	--	2	2	--	--
16-18 anos	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--	--
Mais de 20 anos	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--	--

GRÁFICO 9 | TEMPO DE PERMANÊNCIA¹⁰ DOS RESIDENTES NAS ERPI'S



A ERPI, assegura um conjunto diversificado de serviços, entre estes os cuidados de Enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde.

⁹ Não foram, incluídos, os Residentes que faleceram no ano de 2019.

¹⁰ Não foram, incluídos, os Residentes que faleceram no ano de 2019.



A SCMAS, na sequência da vasta divulgação da oferta de trabalho para Enfermeiros que iniciou em meados de julho, conseguiu admitir uma Enfermeira, a tempo inteiro, desde o mês de agosto. Até aí os cuidados de Enfermagem eram assegurados pela prestação de serviços de duas Enfermeiras em alternância uma vez por semana, para a realização exclusiva de pensos.

Desde setembro que a intervenção do gabinete médico de apoio às três ERPI's, tem sido alvo de inúmeras alterações, especialmente na organização do gabinete; organização individual do processo clínico de cada residente; definição de *guidelines* de intervenção; elaboração de instrumentos de registo; definição e implementação de escalas de avaliação a aplicar pela equipa clínica; sistematização da informação, assim como a reavaliação do mapa terapêutico e posologia a todos os residentes.

Salientamos que o gabinete médico, possui três ajudantes de lar de apoio ao mesmo, que intervêm sob orientação da Enfermeira.

Segundo a Direção Geral de Saúde, as úlceras de pressão, em particular, e as feridas crónicas, em geral, causam sofrimento, aumentam a prevalência de infeções, diminuem a qualidade de vida das pessoas e em situações extremas, levam à morte.

A prevenção de úlceras por pressão é um desafio organizacional, pois requer uma abordagem interdisciplinar e adaptada ao risco específico de cada residente, onde o trabalho em equipa e uma comunicação eficaz é determinante.

Apresentamos na Tabela n.º 15 e Gráfico n.º 10 os dados quantitativos referente à realização de pensos, realizados e registados na plataforma da Soft Glod, exclusivamente, pelas Enfermeiras¹¹.

Os dados, registados, não nos permitem diferenciar se estamos perante feridas traumáticas ou úlceras de pressão, assim como classificar o grau da úlcera, dada a metodologia de registo.

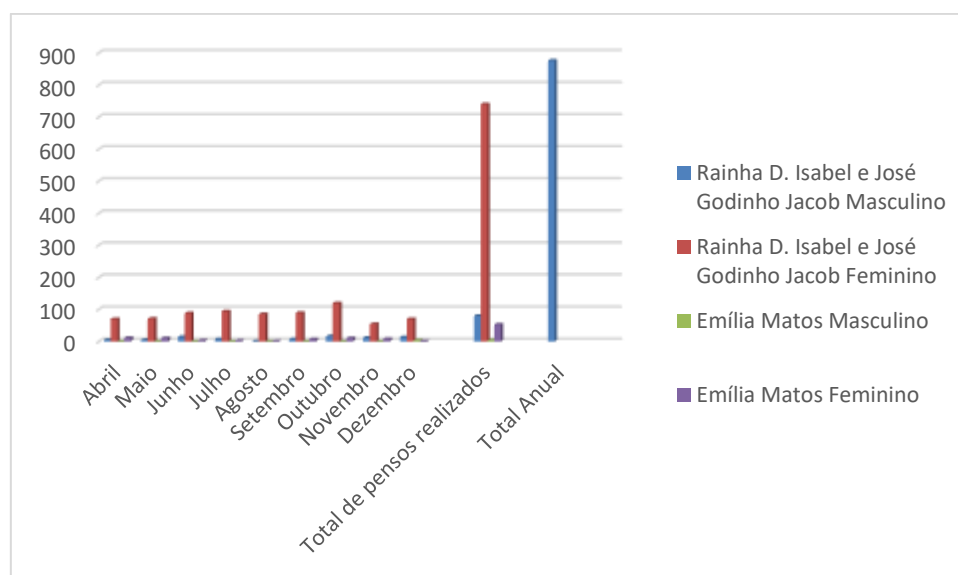
¹¹ Até ao mês de agosto por duas Enfermeiras em prestação de serviço.



Tabela 15| DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PENSOS REALIZADOS

ERPI	Rainha D. Isabel e José Godinho Jacob		Emília Matos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Janeiro	SEM DADOS			
Fevereiro				
Março				
Abril	5	70	0	11
Maio	5	71	0	10
Junho	14	88	0	3
Julho	7	94	0	2
Agosto	1	85	0	1
Setembro	7	89	0	7
Outubro	16	119	0	10
Novembro	12	54	0	8
Dezembro	13	70	3	1
Total de pensos realizados	80	740	3	53
Total Anual	876			

Gráfico 10| DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PENSOS REALIZADOS



Apesar da não obrigatoriedade, legal, da existência de um clínico na ERPI, a SCMAS possui um contrato de prestação de serviço com um clínico que assegura a supervisão, acompanhamento, definição de procedimentos da intervenção clínica e uma estreita articulação com a Enfermeira, no acompanhamento dos noventa e seis residentes. Não



menos importante é a articulação e a definição de procedimentos em colaboração com a Diretora Técnica.

A revisão da medicação, constitui-se como fundamental porque quanto maior é o número de medicamentos que se toma maior é a probabilidade de efeitos secundários e de interações entre eles. O objetivo da revisão da medicação foi identificar os medicamentos que foram prescritos por um médico ou por vários médicos que associados à idade podem aumentar a interação e a sensibilidade aos potenciais efeitos colaterais.

O Clínico, está na SCMAS uma vez por semana e realiza as consultas após triagem, conjunta, com a Enfermeira. Estes procedimentos foram operacionalizados desde agosto, data na qual houve a substituição do Clínico.

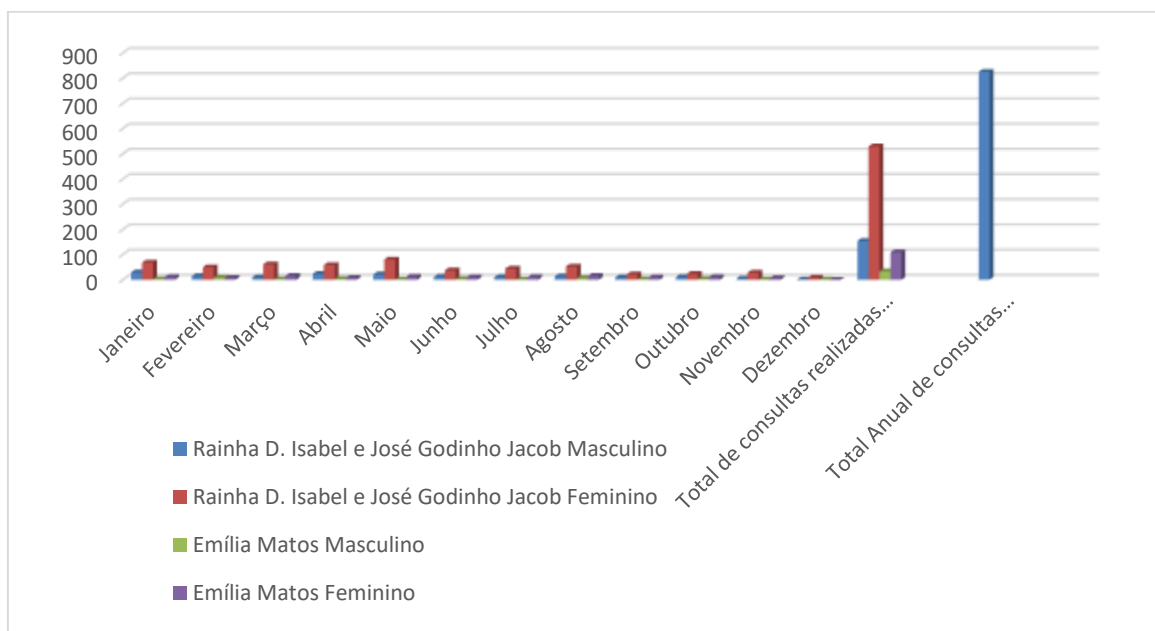
A partir da leitura dos dados da Tabela n.º 16 e Gráfico n.º 11 verificamos um total, anual, de consultas médicas de oitocentos e vinte e cinco.

Tabela 16 | NÚMERO DE CONSULTAS REALIZADAS

ERPI	Rainha D. Isabel e José Godinho Jacob		Emília Matos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Janeiro	29	68	2	10
Fevereiro	14	49	8	7
Março	9	61	2	15
Abril	23	58	3	7
Maio	21	80	1	11
Junho	11	37	3	9
Julho	10	44	1	10
Agosto	13	52	6	15
Setembro	9	21	2	9
Outubro	10	23	3	10
Novembro	4	28	1	6
Dezembro	1	8	1	0
Total de consultas realizadas por Género	154	529	33	109
Total Anual de consultas realizadas em 2019	825			



Gráfico 11 | NÚMERO DE CONSULTAS REALIZADAS



Os idosos que sofrem um episódio de queda, ou de quase-queda, tem um risco acrescido de voltar a cair. A maioria dos estudos refere que a taxa de recorrência, durante o ano seguinte, é de 30 a 40 % (Deandrea et al., 2013; Baixinho, & Dixe, 2015). Para Bösner et al. (2012), 70% dos que caem têm medo de nova queda, conduzindo a uma perda de autoconfiança, evitando a atividade física e aumentando o risco de nova(s) queda(s).

Após um episódio de queda com lesão moderada ou grave a maioria perde autonomia e independência (Duffy, 2013) e raramente conseguem recuperar a independência para o autocuidado para os níveis pré-lesão, mesmo frequentando programas de reabilitação. O aumento da dependência e o medo de nova queda geram um ciclo vicioso de deterioração da qualidade de vida, aumentando a comorbilidade e a mortalidade (Burland et al., 2013), nesta faixa etária.

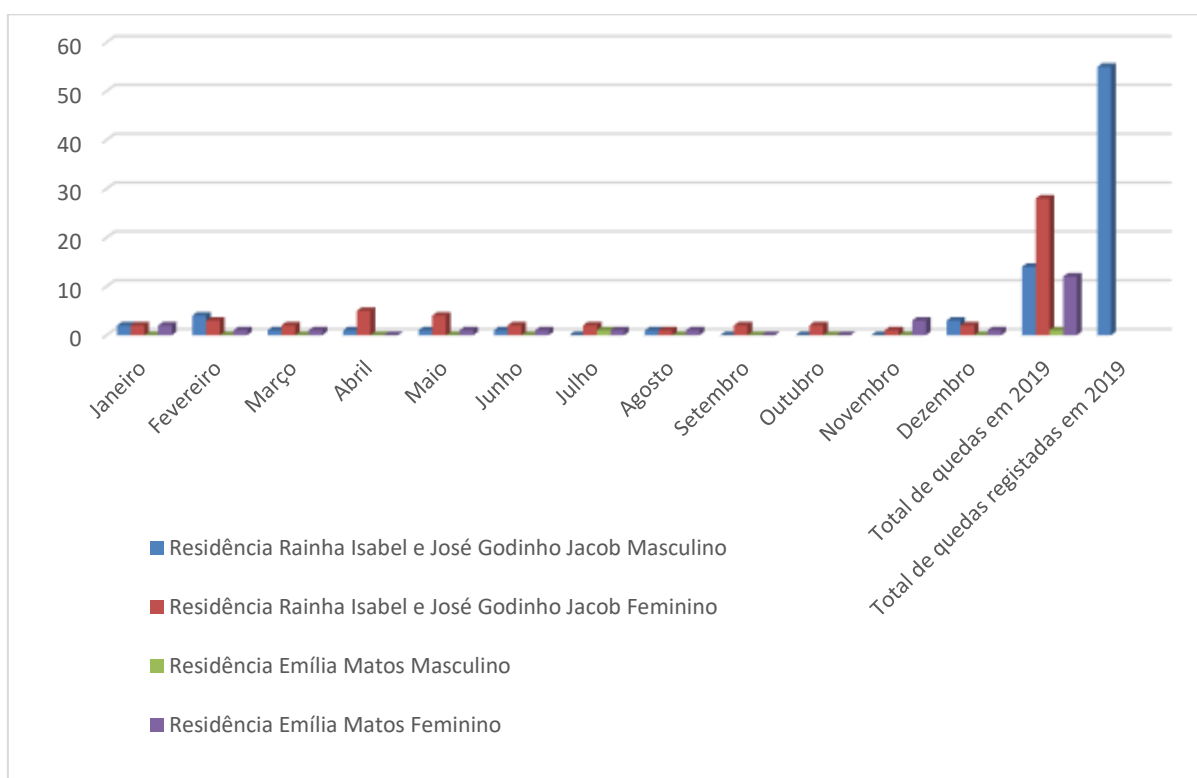
Na Tabela n.º 17 e Gráfico n.º 12, apresentamos o levantamento dos dados referentes às quedas registadas nas ERPI's, no qual se pode verificar um número significativamente mais reduzido de quedas na ERPI Emília Matos, situação que pode advir da capacidade funcional dos mesmos.



Tabela 17| NÚMERO DE QUEDAS REGISTRADAS

ERPI's	Residência Rainha Isabel e José Godinho Jacob		Residência Emília Matos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Janeiro	2	2	0	2
Fevereiro	4	3	0	1
Março	1	2	0	1
Abril	1	5	0	0
Maio	1	4	0	1
Junho	1	2	0	1
Julho	0	2	1	1
Agosto	1	1	0	1
Setembro	0	2	0	0
Outubro	0	2	0	0
Novembro	0	1	0	3
Dezembro	3	2	0	1
Total de quedas em 2019	14	28	1	12
Total de quedas registadas em 2019	55			

Gráfico 12| NÚMERO DE QUEDAS REGISTRADAS



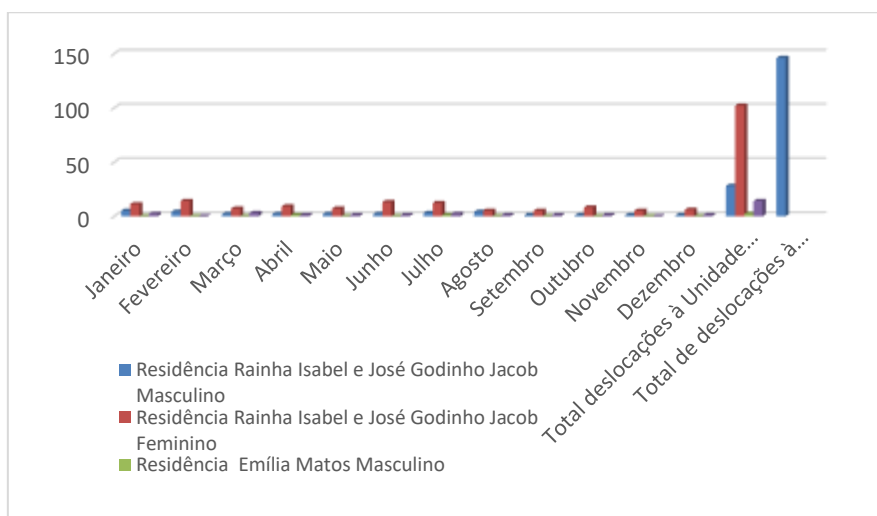


Ao longo do ano, 2019, registaram-se inúmeras deslocações à unidade hospitalar, Tabela n.º 18 e Gráfico n.º 13, na sequência de episódios de urgência como se verifica na análise dos dados.

TABELA 18| NÚMERO DE DESLOCAÇÕES À URGÊNCIA HOSPITALAR

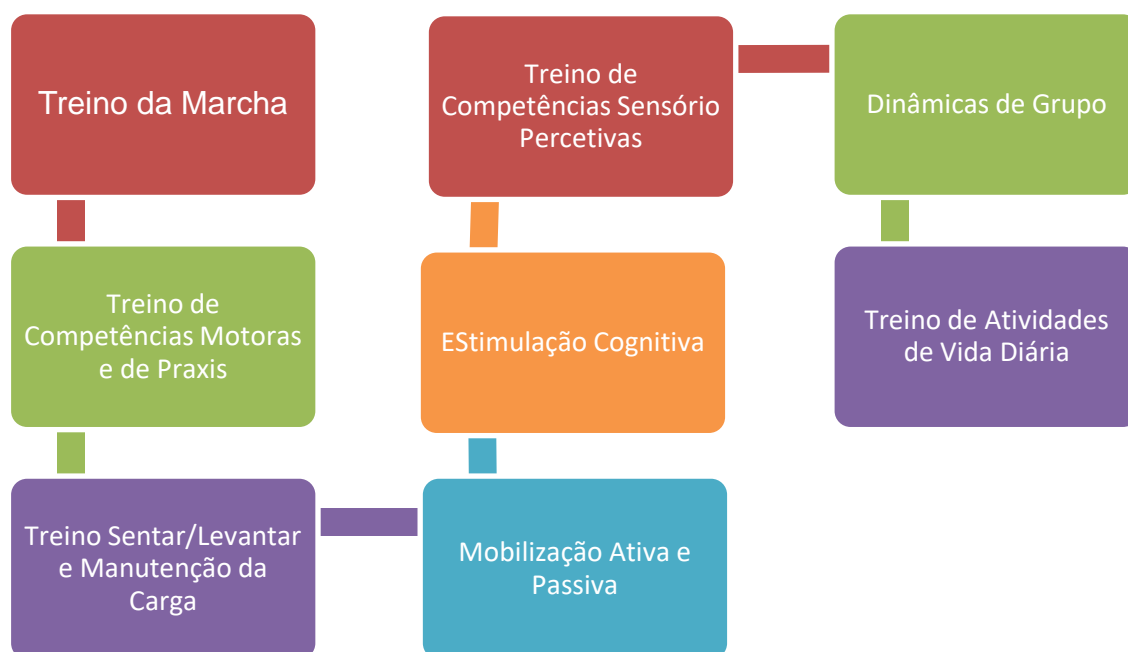
ERPI's	Residência Rainha Isabel e José Godinho Jacob		Residência Emília Matos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Janeiro	5	11	0	2
Fevereiro	4	14	0	0
Março	2	7	0	3
Abril	2	9	1	1
Maio	2	7	0	1
Junho	2	13	0	1
Julho	3	12	1	2
Agosto	4	5	0	1
Setembro	1	5	0	1
Outubro	1	8	0	1
Novembro	1	5	0	0
Dezembro	1	6	0	1
Total deslocações à Unidade Hospitalar	28	102	2	14
Total de deslocações à Unidade Hospitalar	146			

Gráfico 13| NÚMERO DE DESLOCAÇÕES À URGÊNCIA HOSPITALAR





A intervenção no âmbito da Terapia Ocupacional (TO) tem como objetivos o desenvolvimento e/ou manutenção das capacidades da Pessoa Idosa promovendo o seu bem-estar físico, emocional e social. A intervenção da terapia ocupacional desenvolve-se nas seguintes áreas de intervenção:



A fim de atingir os objetivos da intervenção da TO, foram dinamizadas ao longo do ano de 2019, diversas atividades.

O levantamento realizado quanto à intervenção da TO foi efetuado com recurso ao programa da Soft Gold, sendo que de janeiro a agosto de 2019 a intervenção e registo foram realizados por uma TO e a partir de setembro por outra técnica/TO, uma vez que a primeira deixou de exercer funções na SCMAS.

Segue-se a sistematização dos dados referente à intervenção no âmbito da terapia ocupacional desde a Tabela n.º 19 à Tabela n.º 31 e Gráfico n.º 14 ao Gráfico n.º 38.

O treino da marcha visa a manutenção e ganho de força muscular, equilíbrio e resistência, melhoria das funções cardiovasculares e circulatórias, prevenção de quedas e facilitação das transferências possibilitando assim o envolvimento e desempenho satisfatório das ocupações.



Tabela 19 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DA MARCHA

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Treino de Marcha	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	497	30	2	1	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	96	15	0	0
	Fevereiro	80	15	0	0
	Março	89	12	0	0
	Abril	43	12	0	0
	Maio	32	9	0	0
	Junho	13	5	2	1
	Julho	44	14	0	0
	Agosto	2	2	0	0
	Setembro	40	10	0	0
	Outubro	32	11	0	0
	Novembro	8	5	0	0
Dezembro	18	8	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 14 | TREINO DE MARCHA

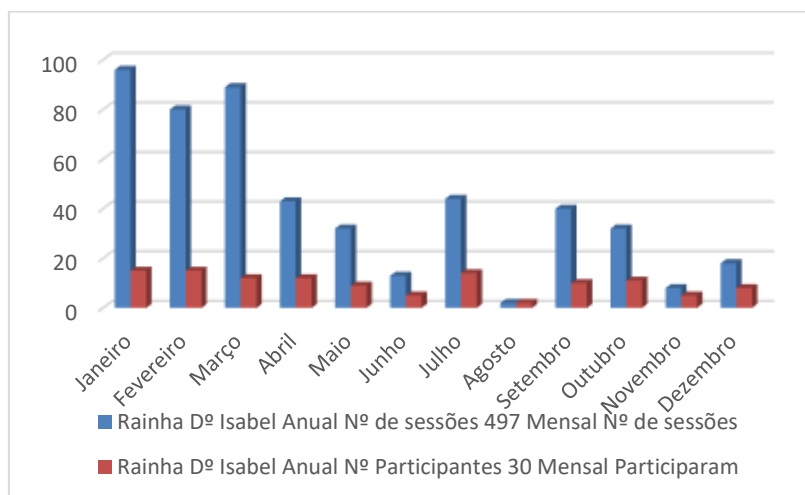
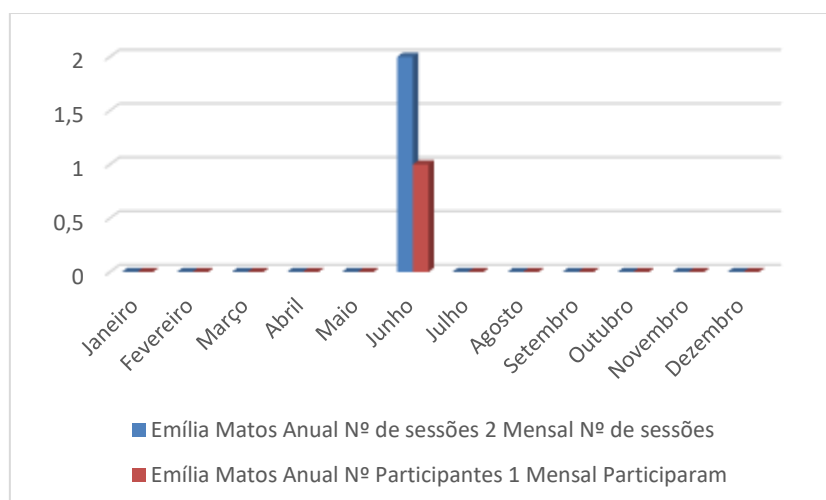




GRÁFICO 15 | TREINO DE MARCHA



O treino de competências motoras e de praxis permitem estimular as capacidades de coordenar movimentos, manter o equilíbrio antecipar ou ajustar a postura e posição do corpo em resposta a circunstâncias ambientais.

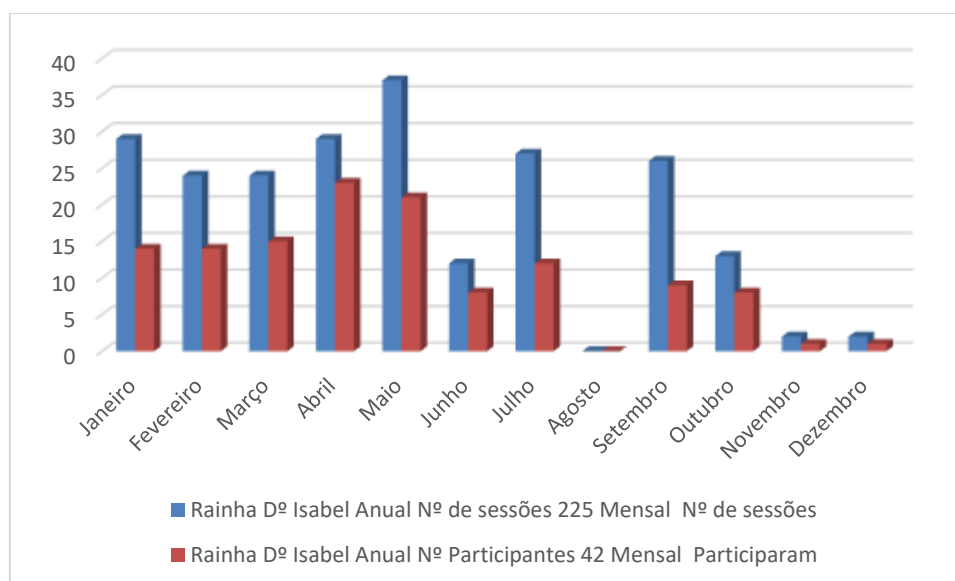
Tabela 20 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS MOTORAS E DE PRAXIS

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Treino de Competências Motoras e de Praxis	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	225	42	69	6	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	29	14	7	5
	Fevereiro	24	14	4	2
	Março	24	15	2	1
	Abril	29	23	17	6
	Maio	37	21	17	6
	Junho	12	8	9	4
	Julho	27	12	10	3
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	26	9	3	2
	Outubro	13	8	0	0
Novembro	2	1	0	0	
Dezembro	2	1	0	0	



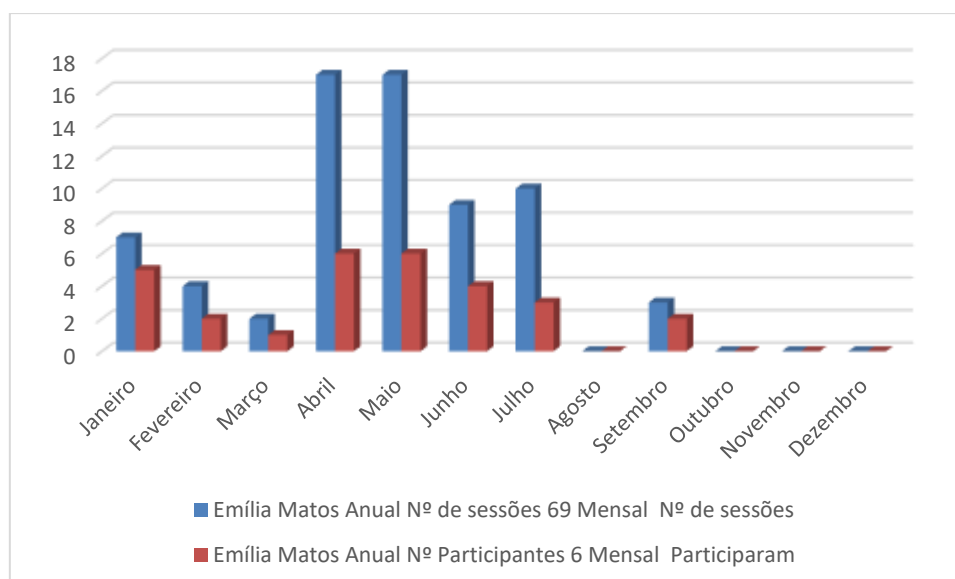
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 16| DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS MOTORAS E DE PRAXIS



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 17| DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS MOTORAS E DE PRAXIS



O Treino Sentar/Levantar e manutenção da Carga é fundamental para a mobilidade vertical uma vez que permite o fortalecimento da musculatura extensora e flexora, a manutenção do equilíbrio, a capacidade transferência de peso e retificação postural.

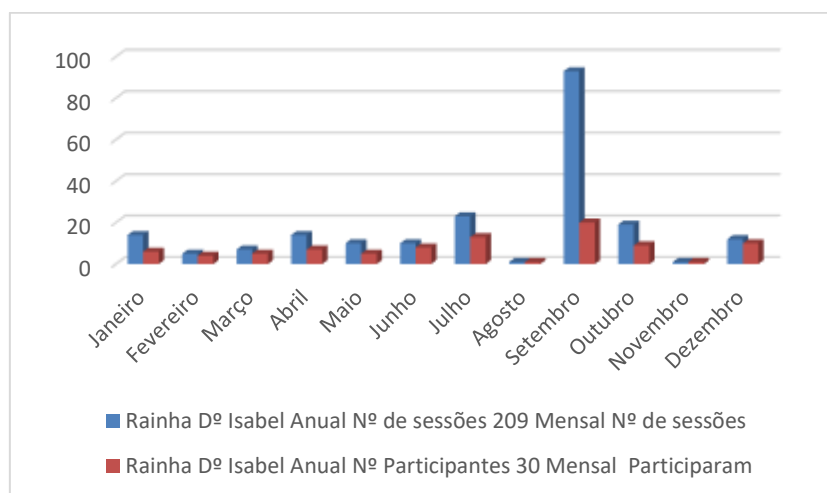


Tabela 21 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE CARGA (SENTAR/LEVANTAR)

Atividade	Frequência				
	Rainha D° Isabel		Emília Matos		
Treino de carga (sentar/levantar)	Anual				
	N° de sessões	N° Participantes	N° de sessões	N° Participantes	
	209	30	11	4	
	Mensal				
		N° de sessões	Participaram	N° de sessões	Participaram
	Janeiro	14	6	0	0
	Fevereiro	5	4	0	0
	Março	7	5	0	0
	Abril	14	7	1	1
	Maio	10	5	4	2
	Junho	10	8	3	3
	Julho	23	13	2	2
	Agosto	1	1	0	0
	Setembro	93	20	1	1
	Outubro	19	9	0	0
Novembro	1	1	0	0	
Dezembro	12	10	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

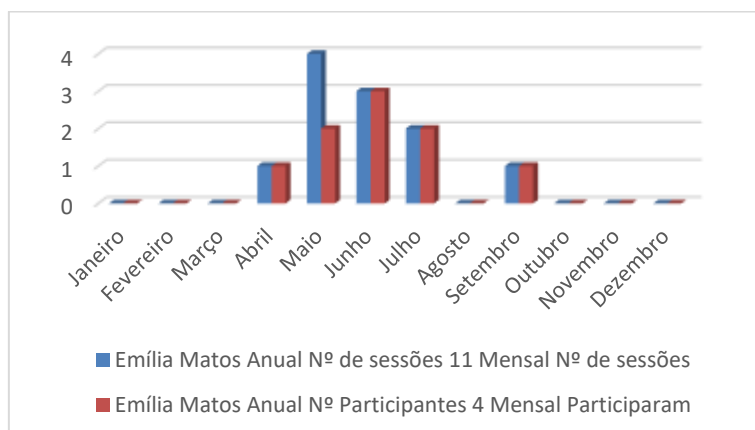
GRÁFICO 18 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE CARGA (SENTAR/LEVANTAR)





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 19 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE CARGA (SENTAR/LEVANTAR)



A realização do treino de competências sensório perceptivas, através da realização de atividades que estimulam ações ou comportamentos que devem ser utilizados para localizar, identificar e responder a estímulos. Com o sentido do(da) residente selecionar, interpretar, associar, organizar e relembrar eventos sensoriais, baseando-se na discriminação de experiências através das sensações visuais, auditivas, proprioceptivas, táteis, olfativas, gustativas e vestibulares.

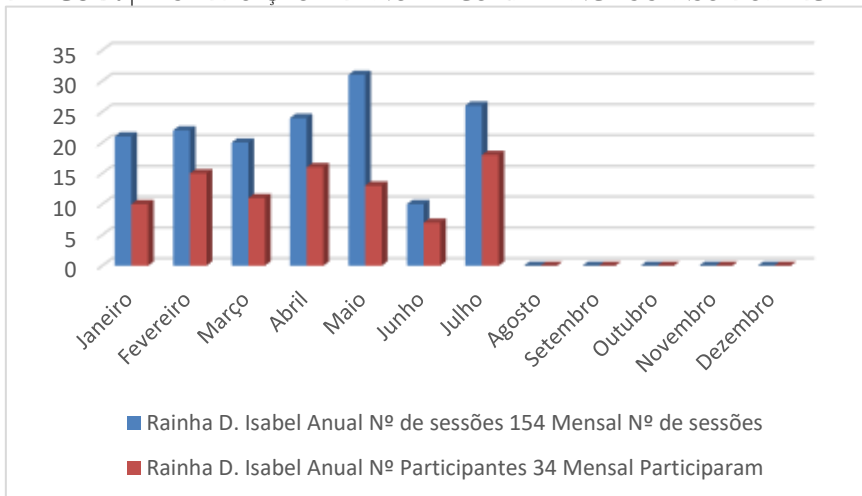
Tabela 22 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS SENSORIOPERCEPTIVAS

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Treino de Competências sensorio-perceptivas	Anual				
	Nº de sessões	Nº Participantes	Nº de sessões	Nº Participantes	
	154	34	48	5	
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	21	10	4	3
	Fevereiro	22	15	2	1
	Março	20	11	0	0
	Abril	24	16	12	5
	Maio	31	13	15	5
	Junho	10	7	5	3
	Julho	26	18	10	4
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	0	0	0	0
	Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	



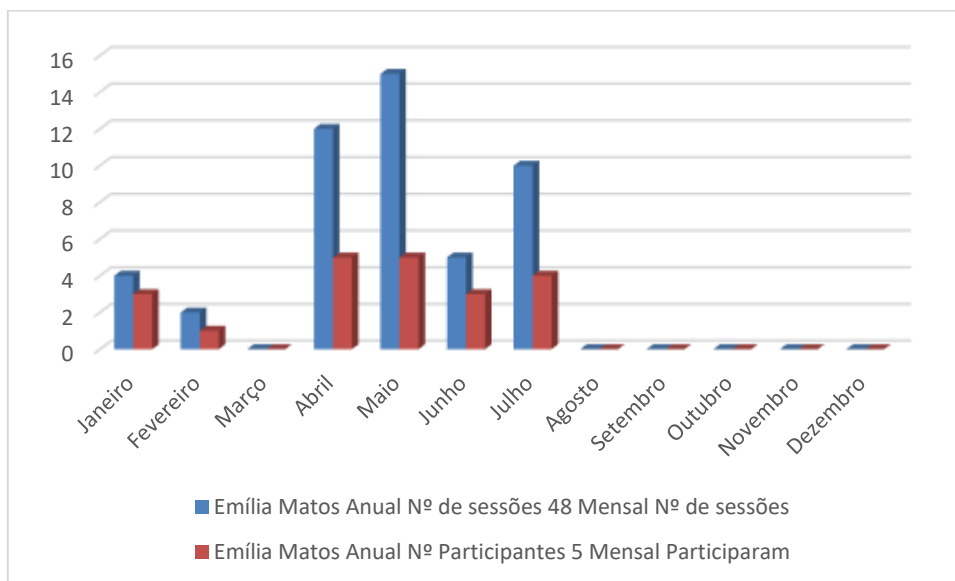
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 20 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS SENSORIOPERCETIVAS



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 21 | DISTRIBUIÇÃO TREINO DE COMPETÊNCIAS SENSORIOPERCETIVAS



A realização de sessões de estimulação cognitiva pretendem preservar ou melhorar o desempenho das funções cognitivas dos residentes como a memória, a orientação, a atenção, o raciocínio, a capacidade de resolução de problemas, agnosia e praxia.

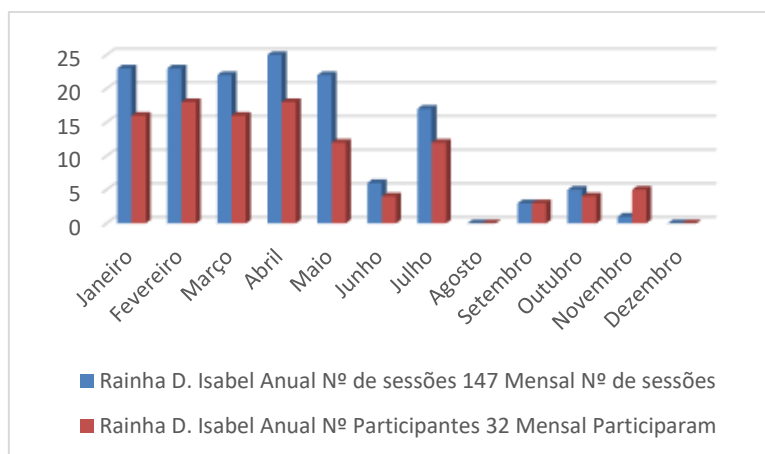


Tabela 23 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Estimulação cognitiva	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	147	32	25	6	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	23	16	4	2
	Fevereiro	23	18	1	1
	Março	22	16	0	0
	Abril	25	18	2	2
	Maio	22	12	6	4
	Junho	6	4	3	1
	Julho	17	12	6	3
	Agosto	0	0	3	2
	Setembro	3	3	0	0
Outubro	5	4	0	0	
Novembro	1	5	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

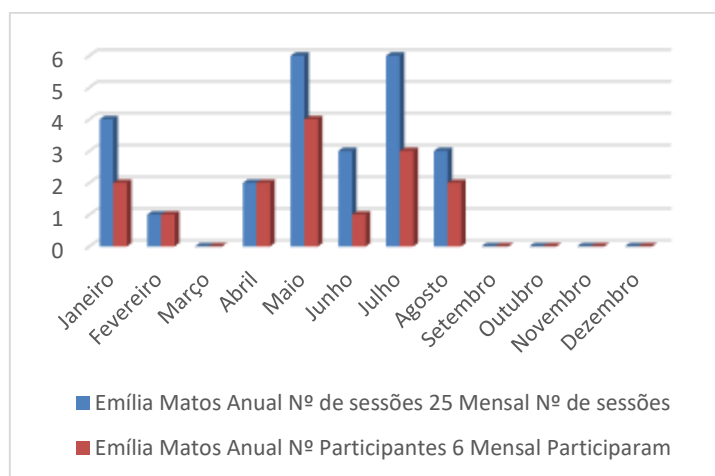
GRÁFICO 22 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 23 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA



A intervenção ao nível da mobilização ativa e passiva, constitui-se determinante para manutenção da integridade dos músculos e articulações, na manutenção de força e a amplitude de movimentos bem como para ativar a circulação sanguínea.

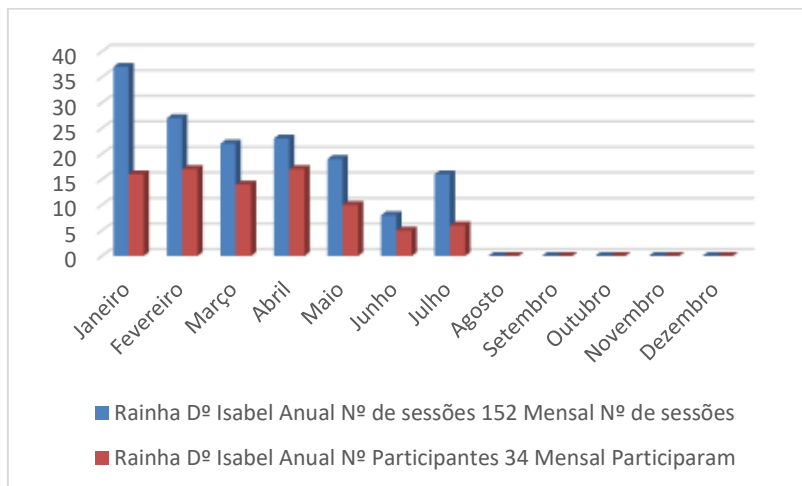
Tabela 24 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ATIVA

Atividade	Frequência				
	Rainha D° Isabel		Emília Matos		
Mobilização Ativa	Anual				
	Nº de sessões	Nº Participantes	Nº de sessões	Nº Participantes	
	152	34	76	9	
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	37	16	11	6
	Fevereiro	27	17	10	7
	Março	22	14	4	4
	Abril	23	17	20	7
	Maió	19	10	17	5
	Junho	8	5	7	3
	Julho	16	6	7	3
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	0	0	0	0
Outubro	0	0	0	0	
Novembro	0	0	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	



ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 24 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ATIVA



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 25 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ATIVA

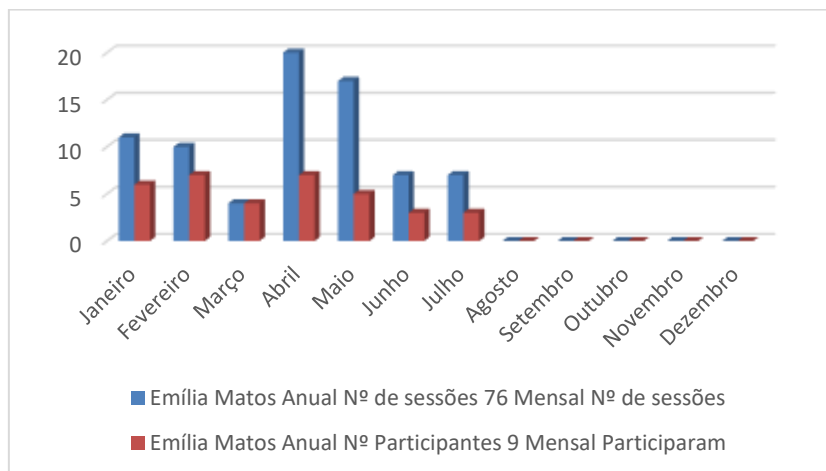


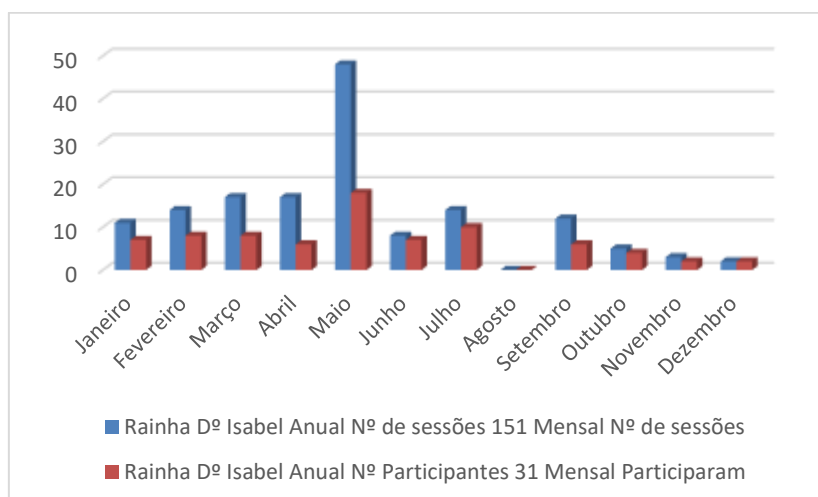


Tabela 25 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO PASSIVA SENTADO

Atividades	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Mobilização passiva sentado	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	151	31	9	3	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	11	7	0	0
	Fevereiro	14	8	1	1
	Março	17	8	1	1
	Abril	17	6	2	2
	Maio	48	18	4	5
	Junho	8	7	0	0
	Julho	14	10	1	1
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	12	6	0	0
	Outubro	5	4	0	0
Novembro	3	2	0	0	
Dezembro	2	2	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 26 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO PASSIVA SENTADO





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 27| DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO PASSIVA SENTADO

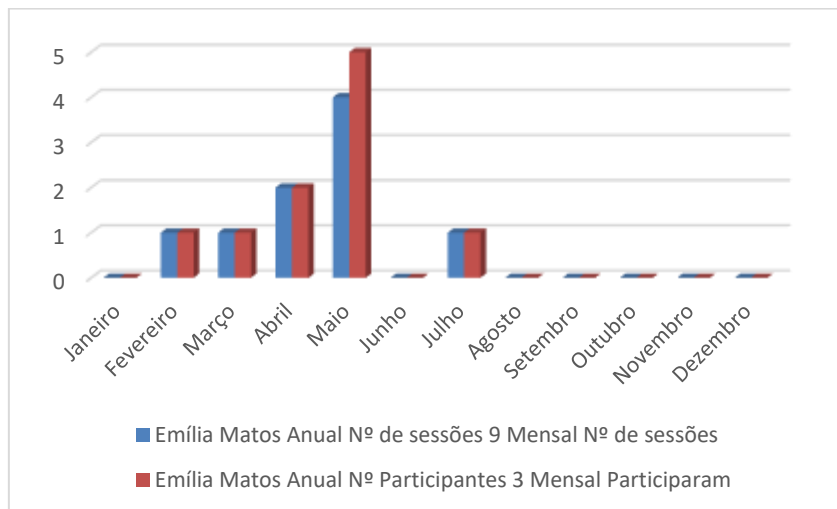


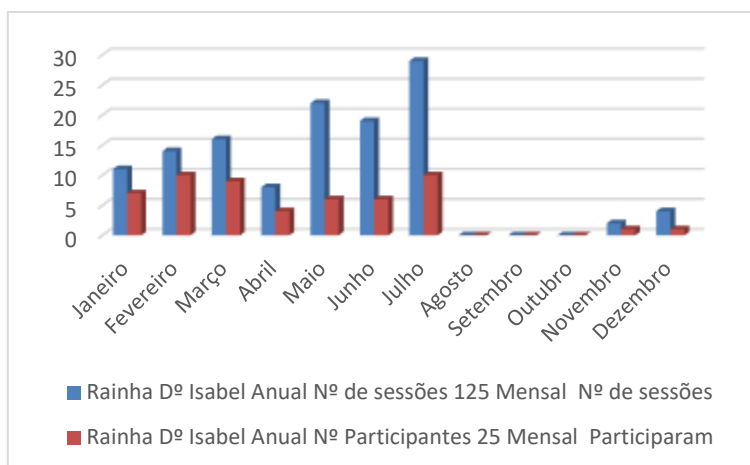
Tabela 26 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO PASSIVA NO LEITO

Atividade	Frequência			
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos	
Mobilização Passiva Leito	Anual			
	Nº de sessões		Nº Participantes	
	125		25	
	Nº de sessões		Nº Participantes	
	11		7	
	14		10	
	16		9	
	8		4	
	22		6	
	19		6	
	29		10	
	0		0	
	0		0	
	0		0	
2		1		
4		1		



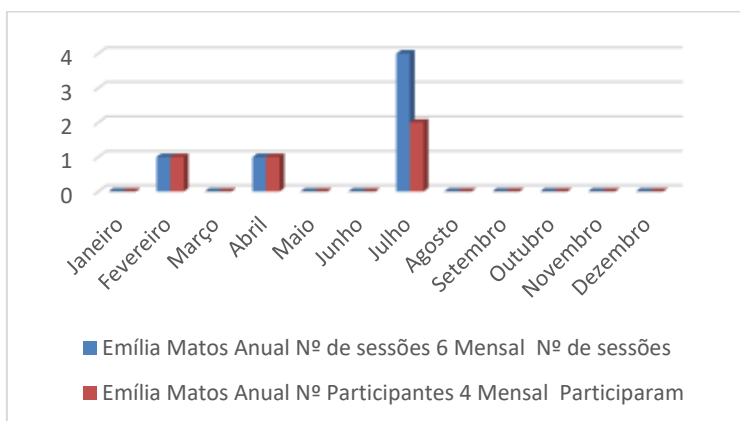
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 28 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO PASSIVA NO LEITO



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 29 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DA MOBILIZAÇÃO PASSIVA NO LEITO



As dinâmicas de grupo desenvolvidas nas atividades lúdico-terapêuticas associadas a diferentes temáticas ou dias comemorativos, visam estimular a criatividade, a participação, a comunicação reforçando a autoestima e a autonomia.

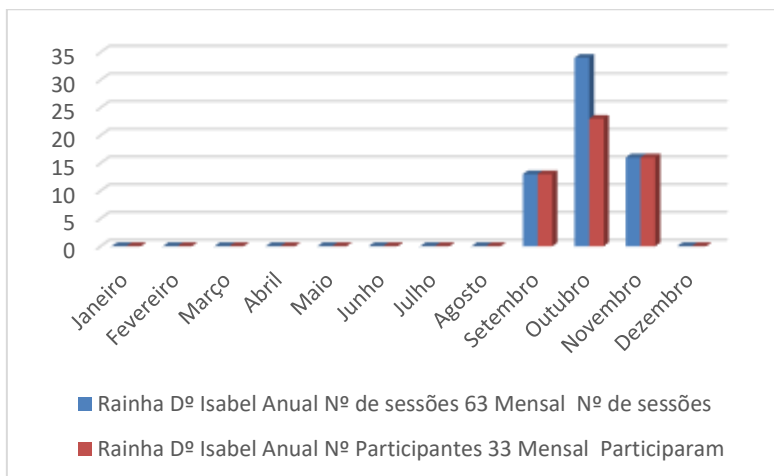


Tabela 27 | DISTRIBUIÇÃO DAS DINÂMICA DE GRUPO

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Dinâmica de Grupo	Anual				
	N ^o de sessões		N ^o Participantes		
	63		33		
	N ^o de sessões		N ^o Participantes		
	134		20		
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	0	0	0	0
	Fevereiro	0	0	0	0
	Março	0	0	0	0
	Abril	0	0	0	0
	Maio	0	0	0	0
	Junho	0	0	0	0
	Julho	0	0	0	0
	Agosto	0	0	0	0
Setembro	13	13	48	14	
Outubro	34	23	44	22	
Novembro	16	16	42	20	
Dezembro	0	0	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

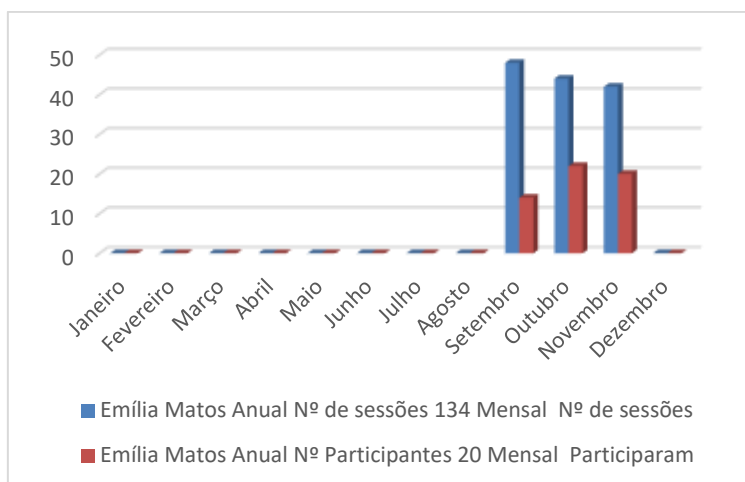
GRÁFICO 30 | DISTRIBUIÇÃO DAS DINÂMICA DE GRUPO





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 31 | DISTRIBUIÇÃO DAS DINÂMICA DE GRUPO



A realização do treino de atividades de vida diárias (AVD's), nomeadamente: Treino de Alimentação, de vestir, de cuidados pessoais, e de utilização do WC.

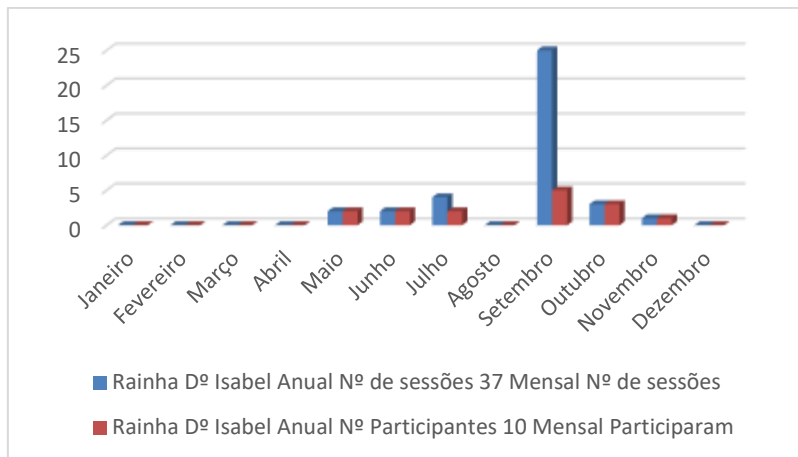
Tabela 28 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DA ALIMENTAÇÃO

Atividade	Frequência				
	Rainha D° Isabel		Emília Matos		
Treino de Alimentação	Anual				
	Nº de sessões		Nº Participantes		
	37		10		
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	0	0	0	0
	Fevereiro	0	0	0	0
	Março	0	0	0	0
	Abril	0	0	0	0
	Maió	2	2	0	0
	Junho	2	2	0	0
	Julho	4	2	0	0
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	25	5	0	0
Outubro	3	3	0	0	
Novembro	1	1	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	



ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 32 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DA ALIMENTAÇÃO



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 33 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DA ALIMENTAÇÃO

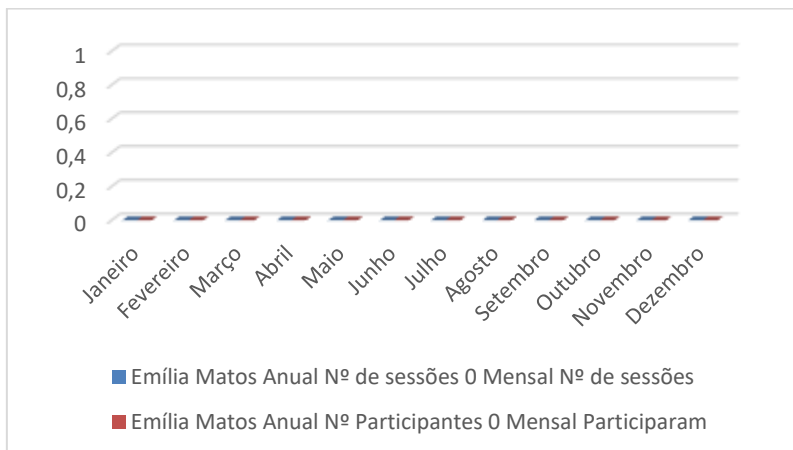


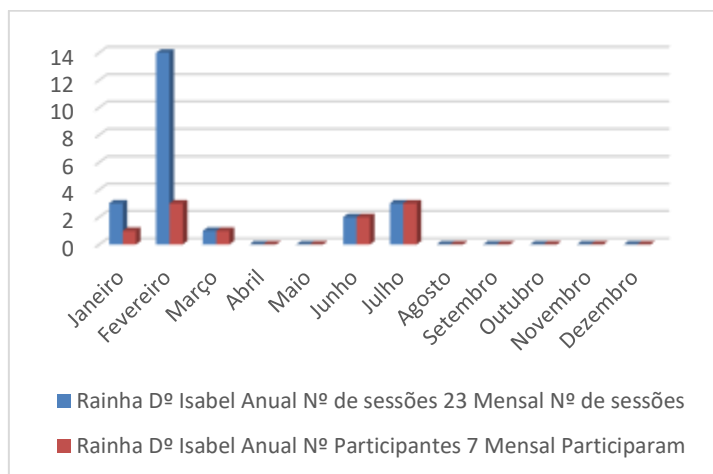


Tabela 29 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE VESTIR

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Treino de Vestir	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	23	7	1	1	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	3	1	1	1
	Fevereiro	14	3	0	0
	Março	1	1	0	0
	Abril	0	0	0	0
	Maio	0	0	0	0
	Junho	2	2	0	0
	Julho	3	3	0	0
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	0	0	0	0
	Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 34 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE VESTIR





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 35 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE VESTIR

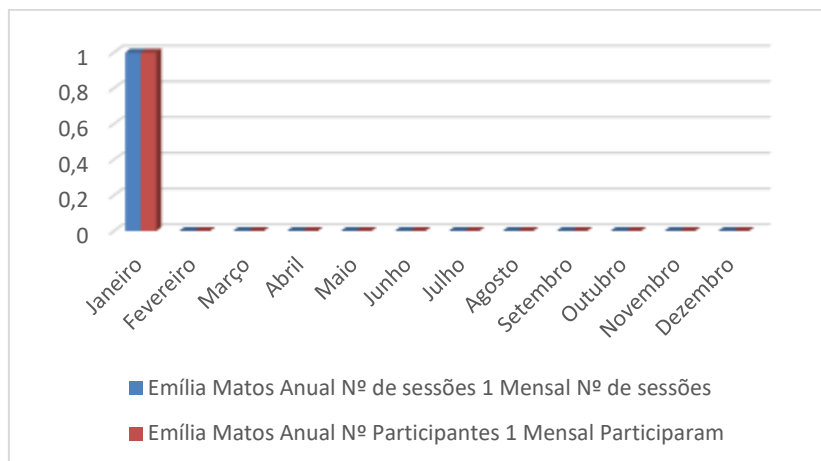


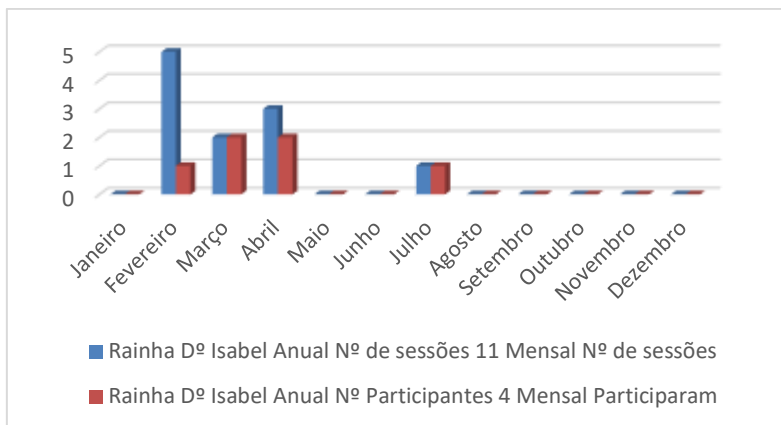
Tabela 30 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TRINO DE CUIDADOS PESSOAIS

Atividade	Frequência				
	Rainha Dº Isabel		Emília Matos		
Treino de Cuidados Pessoais	Anual				
	Nº de sessões	Nº Participantes	Nº de sessões	Nº Participantes	
	11	4	0	0	
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	0	0	0	0
	Fevereiro	5	1	0	0
	Março	2	2	0	0
	Abril	3	2	0	0
	Maió	0	0	0	0
	Junho	0	0	0	0
	Julho	1	1	0	0
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	0	0	0	0
	Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	



ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 36 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TRINO DE CUIDADOS PESSOAIS



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 37 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE CUIDADOS PESSOAIS

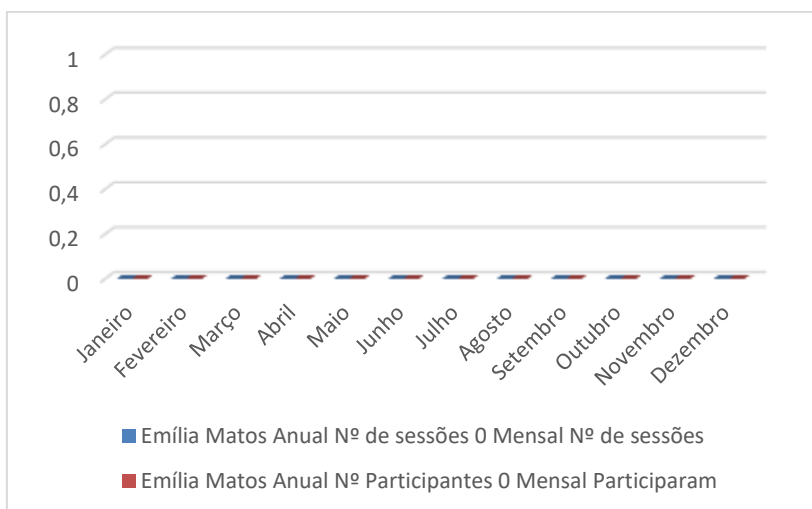




Tabela 31 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE UTILIZAÇÃO DO WC

Atividade	Frequência				
	Rainha D° Isabel		Emília Matos		
Treino de Utilização WC	Anual				
	Nº de sessões	Nº Participantes	Nº de sessões	Nº Participantes	
	6	1	0	0	
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	1	1	0	0
	Fevereiro	3	1	0	0
	Março	1	1	0	0
	Abril	0	0	0	0
	Maio	0	0	0	0
	Junho	0	0	0	0
	Julho	0	0	0	0
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	0	0	0	0
	Outubro	0	0	0	0
Novembro	1	1	0	0	
Dezembro	0	0	0	0	

ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 38 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE UTILIZAÇÃO DO WC

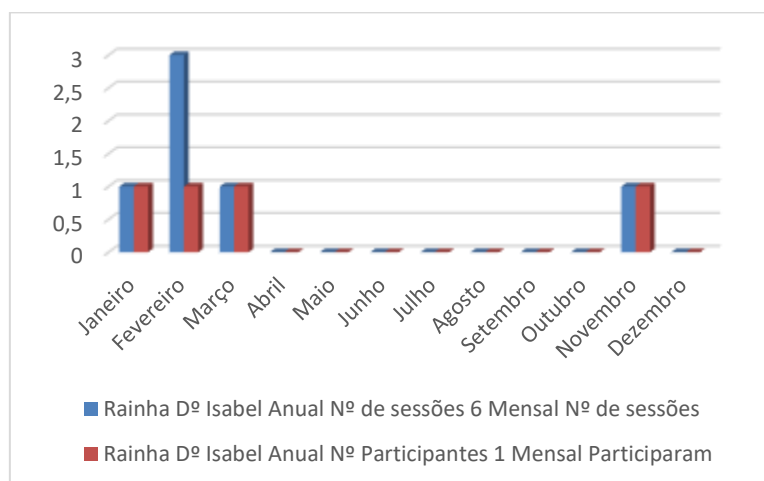
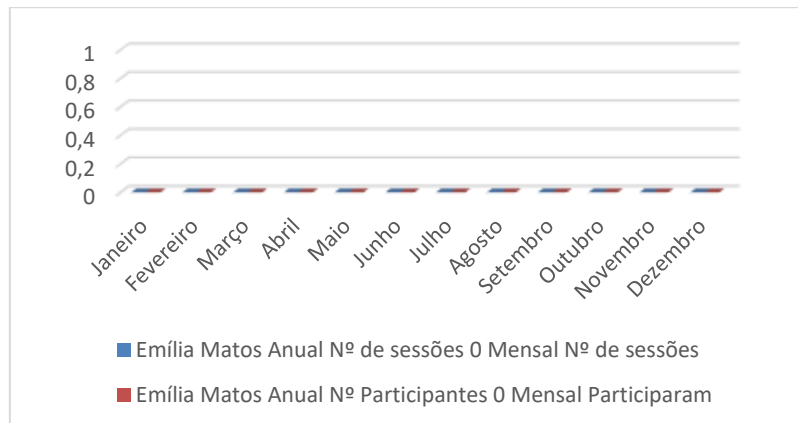




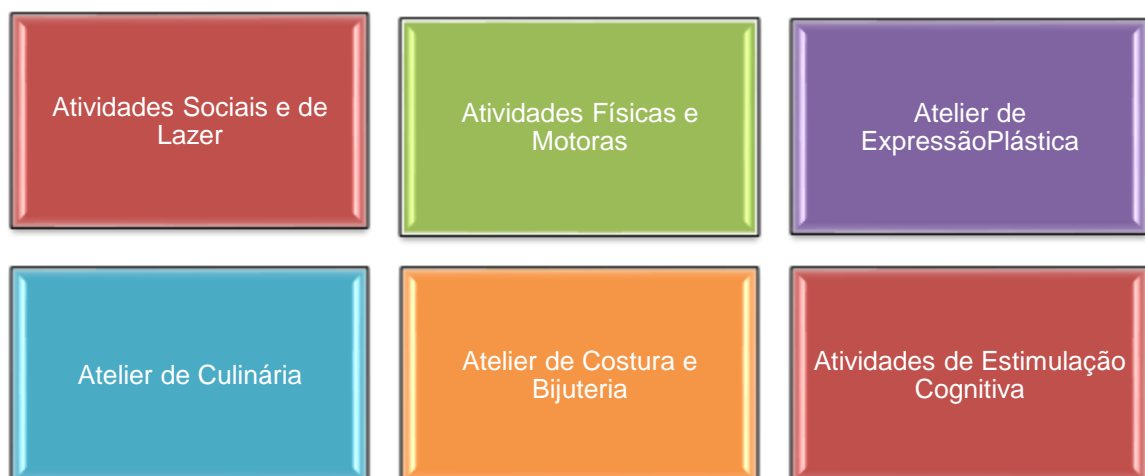
GRÁFICO 38 | ERPI Emília Matos

GRÁFICO 39 | DISTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO TREINO DE UTILIZAÇÃO DO WC



Quanto às atividades socioculturais e de lazer, as mesmas tiveram como finalidade proporcionar a interação, divertimento, alegria e dinamismo, entre residentes, colaboradores, familiares e comunidade, preservando a cultura popular e saberes tradicionais e a identidade dos residentes. Foram proporcionados momentos de partilha e convívio entre gerações e foi promovida a autonomia e a valorização pessoal, através da comemoração de efemérides, aniversários dos residentes, festas, participação em atividades culturais, passeios e sessões de cinema com o objetivo de relembrar hábitos, costumes, vivências e experiências oriundas do meio sociocultural de proveniência dos residentes.

A intervenção animação sociocultural desenvolve-se nas seguintes áreas de intervenção:





Segue-se a sistematização dos dados referente à intervenção no âmbito da animação sócio cultural registados na plataforma da Soft Gold, desde a Tabela n.º 32 à Tabela n.º 37 e Gráfico n.º 40 ao Gráfico n.º 51.

Tabela 32 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E DE LAZER

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Socioculturais e de Lazer	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	96	76	41	21	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	10	10	5	5
	Fevereiro	10	60	3	18
	Março	4	13	5	12
	Abril	13	65	6	17
	Maio	10	25	4	8
	Junho	14	63	7	18
	Julho	3	18	1	7
	Agosto	6	6	2	2
	Setembro	4	16	3	13
	Outubro	8	14	1	9
Novembro	6	62	1	17	
Dezembro	8	60	3	6	

ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 40 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E DE LAZER

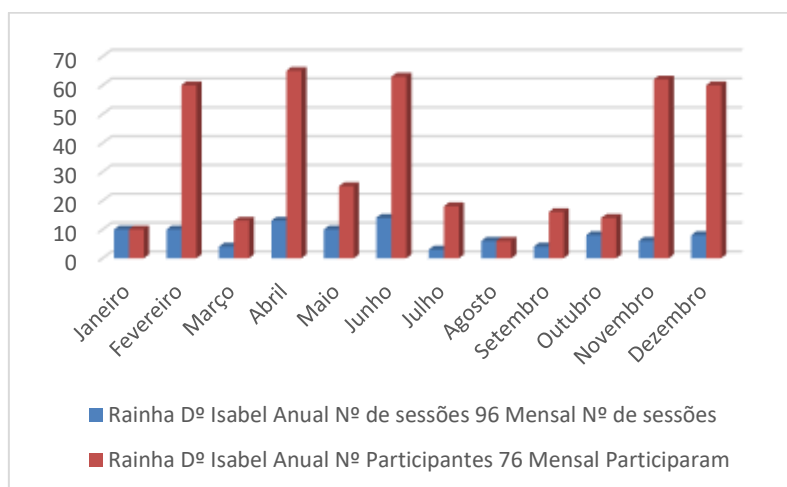
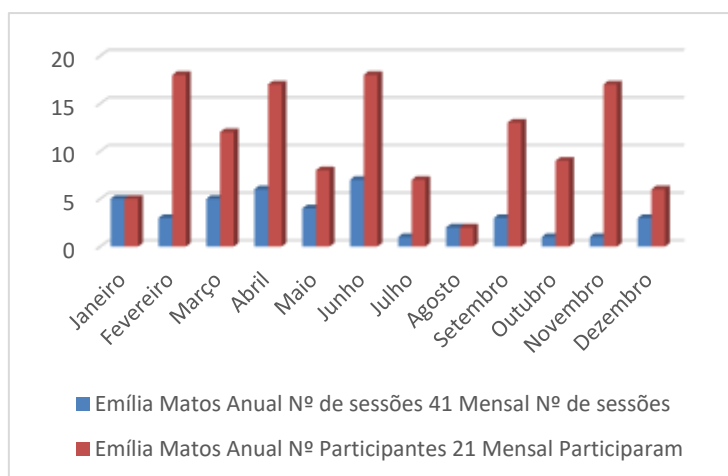




GRÁFICO 41 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E DE LAZER



Ao nível das atividades físicas e motoras, realizaram-se sessões de movimento com o objetivo de assegurar as condições de bem-estar dos residentes, promovendo a sua saúde, tentando combater o sedentarismo e aumentando o autodomínio, enquanto ocupavam os tempos livres e desenvolviam as capacidades físicas e intelectuais através de tarefas simples de movimentação articular e muscular possibilitando-lhe uma maior qualidade de vida.

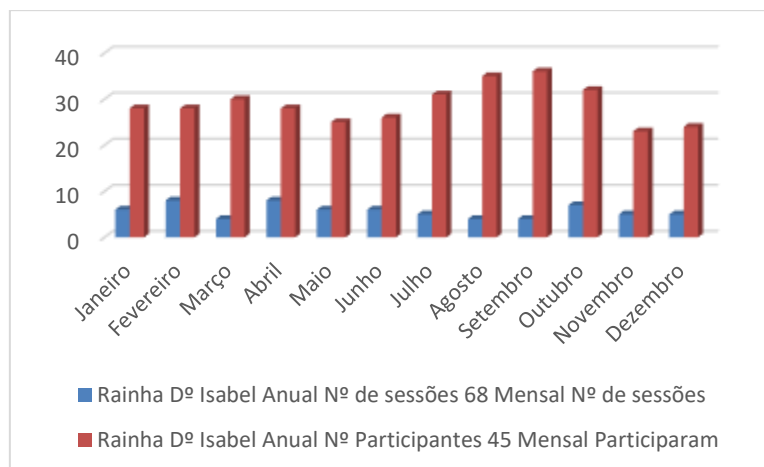
Tabela 33 | DISTRIBUIÇÃO DAS SESSÕES DE MOVIMENTO

Atividade	Frequência				
	Rainha D° Isabel		Emília Matos		
Aula de Movimento	Anual				
	Nº de sessões		Nº Participantes		
	68		45		
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	6	28	3	14
	Fevereiro	8	28	4	10
	Março	4	30	3	15
	Abril	8	28	3	14
	Maió	6	25	2	15
	Junho	6	26	2	15
	Julho	5	31	4	13
	Agosto	4	35	4	12
	Setembro	4	36	7	13
Outubro	7	32	5	11	
Novembro	5	23	3	11	
Dezembro	5	24	2	14	



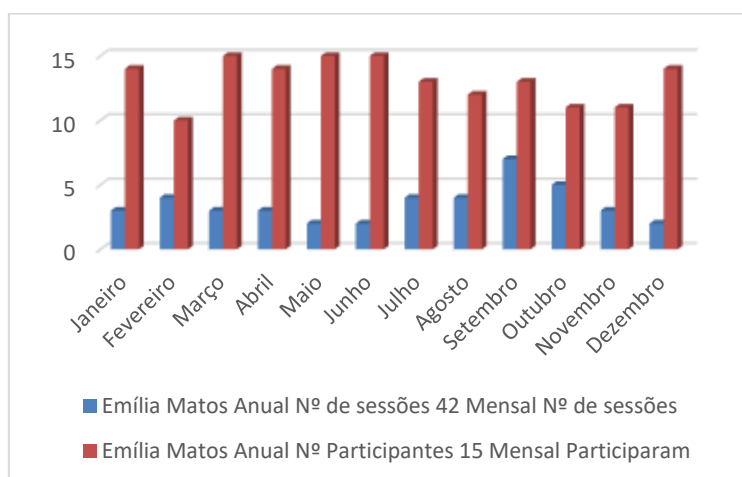
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 42 | DISTRIBUIÇÃO DAS SESSÕES DE MOVIMENTO



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 43 | DISTRIBUIÇÃO DAS SESSÕES DE MOVIMENTO



As sessões de movimento incluíram a partir do mês de julho, com a aquisição do kit de bolas de Boccia a realização de um jogo por semana em cada uma das ERPI'S.

No âmbito do movimento temos a assinalar a existência de residentes, nas duas ERPI¹², que de forma autónoma se juntam para a realizarem caminhadas quer dentro quer fora da Instituição

De abril a maio, quatro, residentes da ERPI Rainha D. Isabel e uma residente da ERPI Emília Matos frequentaram as sessões de hidroterapia na Piscina Municipal, uma vez por semana.

¹² ERPI Rainha d. Isabel dez residentes e oito na ERPI Emília Matos.



A hidroterapia, consiste na realização de ginástica no meio aquática, onde a água funciona como redutora da ação da gravidade e permite reduzir o risco de lesões e possibilita até a reabilitação de pessoas com alguma restrição ao exercício de sobrecarga vertical.

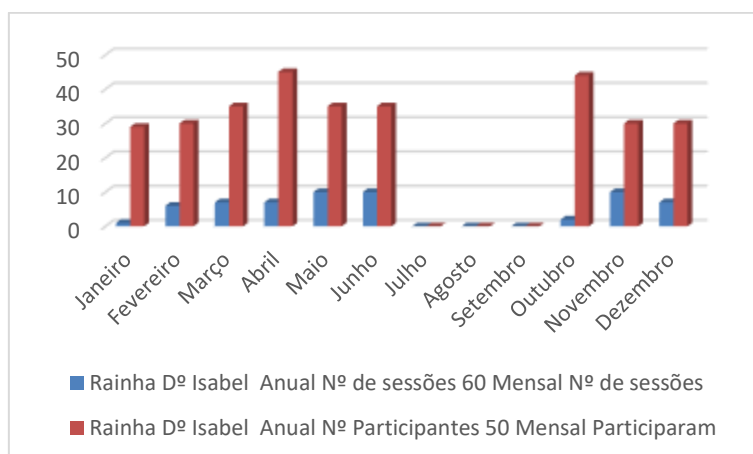
O Atelier de Expressão Plástica procurou proporcionar aos residentes a possibilidade de se exprimirem através das artes plásticas e dos trabalhos manuais que realizaram. As atividades desenvolvidas possibilitam paralelamente trabalhar a motricidade fina, a precisão manual e a coordenação psicomotora.

Tabela 34| DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPRESSÃO PLÁSTICA

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Atelier de Expressão Plástica	Anual				
	N ^o de sessões		N ^o Participantes		
	60		50		
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	1	29	1	18
	Fevereiro	6	30	3	13
	Março	7	35	2	15
	Abril	7	45	4	15
	Maio	10	35	4	15
	Junho	10	35	4	15
	Julho	0	0	0	0
	Agosto	0	0	0	0
Setembro	0	0	0	0	
Outubro	2	44	1	12	
Novembro	10	30	5	14	
Dezembro	7	30	3	14	

ERPI Rainha D. Isabel

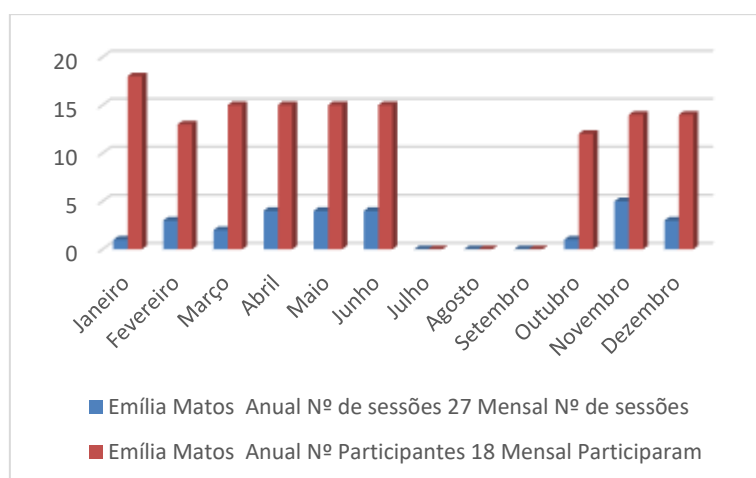
GRÁFICO 44I DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPRESSÃO PLÁSTICA





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 45I DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPRESSÃO PLÁSTICA



O desenvolvimento do atelier de culinária tem como objetivos fomentar a partilha de saberes e experiências relativamente à culinária, desenvolver o espírito crítico, reflexivo e participativo, promover um momento de bem-estar, de partilha de opiniões e de sentimentos, relembando hábitos, costumes e vivências promovendo o “saber fazer” dos residentes ao mesmo tempo que estimulavam as capacidades cognitivas, a motricidade fina a precisão manual e a coordenação psicomotora.

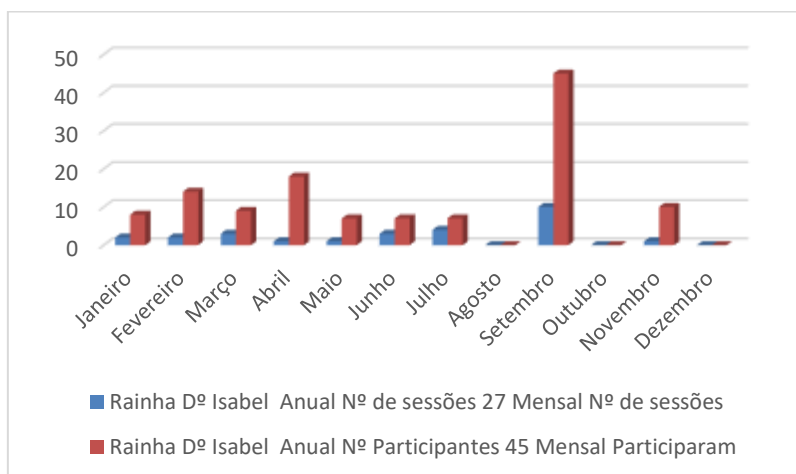
Tabela 35 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATELIER DE CULINÁRIA

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Atelier de Culinária	Anual				
	Nº de sessões		Nº Participantes		
	27		45		
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	2	8	2	8
	Fevereiro	2	14	4	8
	Março	3	9	2	7
	Abril	1	18	1	13
	Maio	1	7	1	6
	Junho	3	7	3	6
	Julho	4	7	3	8
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	10	45	5	15
Outubro	0	0	0	0	
Novembro	1	10	1	12	
Dezembro	0	0	0	0	



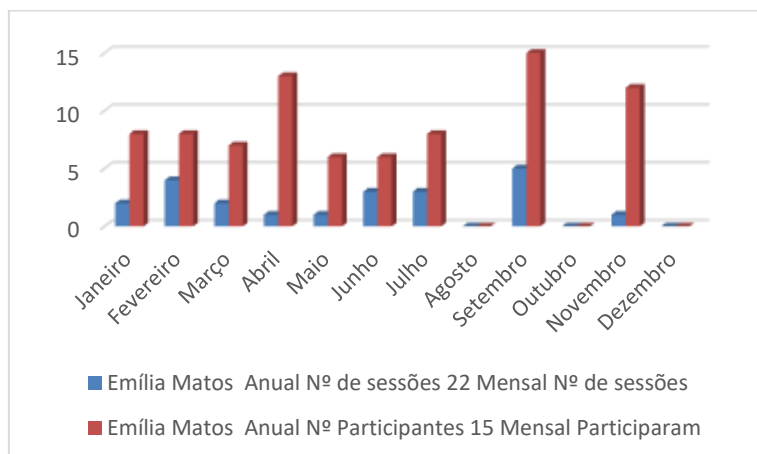
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 46 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATELIER DE CULINÁRIA



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 47 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATELIER DE CULINÁRIA



As atividades desenvolvidas no atelier de costura e bijuteria teve como principais objetivos explorar e desenvolver a criatividade e imaginação, desenvolver capacidades cognitivas, estimular motricidade fina a precisão manual e a coordenação psicomotora, desenvolver a capacidade visomanual ao mesmo tempo que reviverem atividades diárias que realizaram durante as suas vidas relembrando hábitos, costumes e vivências e promovendo o “saber fazer” através de atividades de costura como a confeção de taleigos.

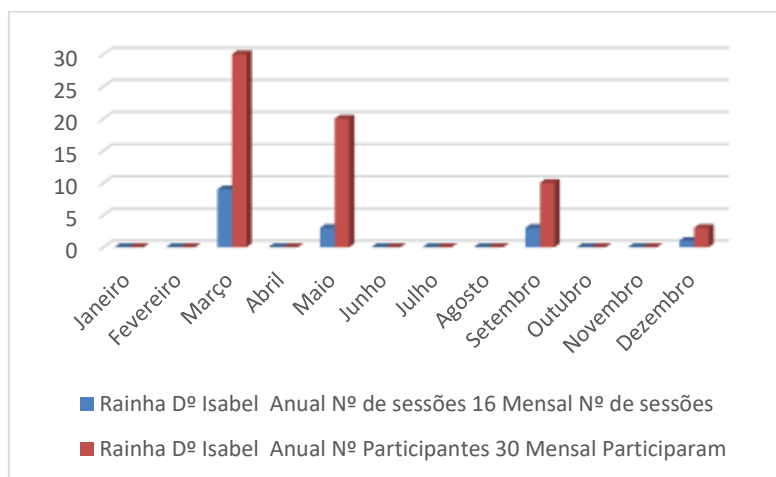


Tabela 36 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE COSTURA E BIJUTERIA

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Atelier de Costura e Bijuteria	Anual				
	N ^o de sessões	N ^o Participantes	N ^o de sessões	N ^o Participantes	
	16	30	11	15	
	Mensal				
		N ^o de sessões	Participaram	N ^o de sessões	Participaram
	Janeiro	0	0	0	0
	Fevereiro	0	0	0	0
	Março	9	30	5	15
	Abril	0	0	0	0
	Maió	3	20	2	12
	Junho	0	0	0	0
	Julho	0	0	0	0
	Agosto	0	0	0	0
	Setembro	3	10	3	6
	Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	
Dezembro	1	3	1	4	

ERPI Rainha D. Isabel

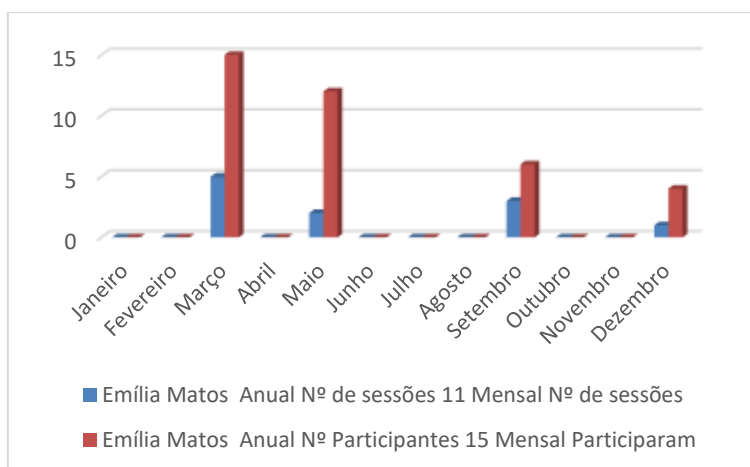
GRÁFICO 48 | DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE COSTURA E BIJUTERIA





ERPI Emília Matos

GRÁFICO 49| DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE COSTURA E BIJUTERIA



O objetivo da realização dos jogos de estimulação cognitiva é aumentar a atividade cerebral, retardar os efeitos da perda de memória e da acuidade e velocidade perspetiva, e, prevenir o surgimento de doenças degenerativas. A presente atividade foi desenvolvida através dos Ateliers de Memória que compreendem o desenvolvimento de operações aritméticas simples, jogo das diferenças, jogo de memória, sudoku, sopa de letras, puzzles, damas, bingo, dominó, provérbios e adivinhas dinâmicas de grupo e dinâmicas psicomotoras.

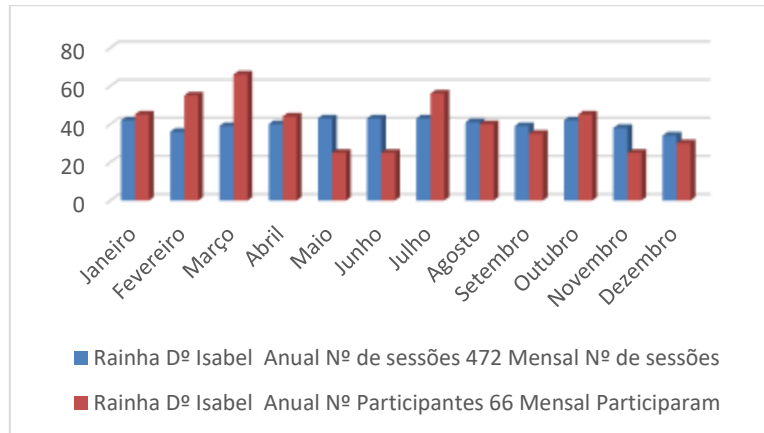
Tabela 37| Distribuição das Atividades de Estimulação Cognitiva

Atividade	Frequência				
	Rainha D ^o Isabel		Emília Matos		
Atividades de Estimulação Cognitiva	Anual				
	Nº de sessões	Nº Participantes	Nº de sessões	Nº Participantes	
	472	66	475	15	
	Mensal				
		Nº de sessões	Participaram	Nº de sessões	Participaram
	Janeiro	42	45	42	15
	Fevereiro	36	55	36	12
	Março	39	66	40	14
	Abril	40	44	40	14
	Maio	43	25	40	13
	Junho	43	25	40	14
	Julho	43	56	43	14
	Agosto	41	40	42	13
	Setembro	39	35	40	12
Outubro	42	45	40	12	
Novembro	38	25	39	13	
Dezembro	34	30	34	12	



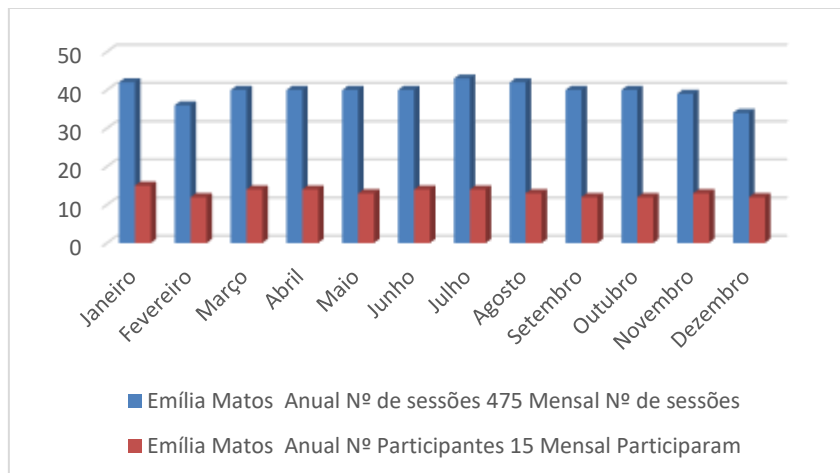
ERPI Rainha D. Isabel

GRÁFICO 50 | Distribuição das Atividades de Estimulação Cognitiva



ERPI Emília Matos

GRÁFICO 51 | Distribuição das Atividades de Estimulação Cognitiva



SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O SAD é a resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.



O SAD presta os seguintes serviços:

- a) Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- b) Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- c) Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- d) Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- e) Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade.

O enquadramento legal para a resposta de SAD remete-nos para os seguintes objetivos e princípios de atuação:

Objetivos	Princípios de Atuação
Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias	Qualidade, eficiência, humanização e individualização
Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar	Interdisciplinaridade
Contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais	Avaliação das necessidades do utente
Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia	Reserva da intimidade da vida privada e familiar
Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes, sendo estes objeto de contratualização	Inviolabilidade do domicílio e da correspondência
Facilitar o acesso a serviços da comunidade	Participação e corresponsabilização do utente ou representante legal e dos seus familiares, na elaboração do programa de cuidados e serviços
Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores	

O serviço de SAD da SCMAS, intervém exclusivamente na cidade de Alcácer do Sal, funciona de segunda a domingo das 8h às 20h e a equipa de cuidadoras é constituída por seis elementos.



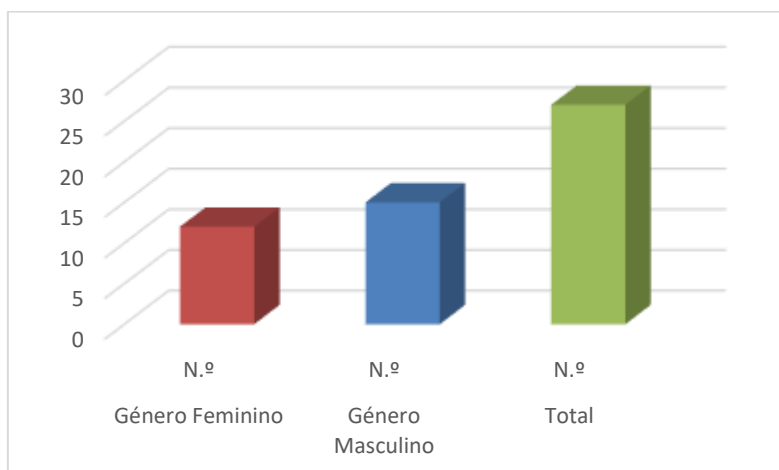
Todos os documentos enquadradores da presente resposta, remetem o SAD para uma resposta que se prevê com potencial para crescer dada a incapacidade em responder à institucionalização da população idosa, em situação de dependência, não só pela inexistência de vagas nas ERPI's mas também pelo seu custo associado.

Ao nível da admissão de novos utentes, registou-se no ano de 2019 o total de vinte e sete novos beneficiários, como se pode observar a partir da análise da Tabela n.º 38 E Gráfico n.º 52.

Tabela 38 | DISTRIBUIÇÃO DA ADMISSÃO DE UTENTES POR GÉNERO

SAD	Admissões por Género					
	Género Feminino		Género Masculino		Total Admissões	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
	12	44	15	56	27	100

Gráfico 52I DISTRIBUIÇÃO DA ADMISSÃO DE UTENTES POR GÉNERO



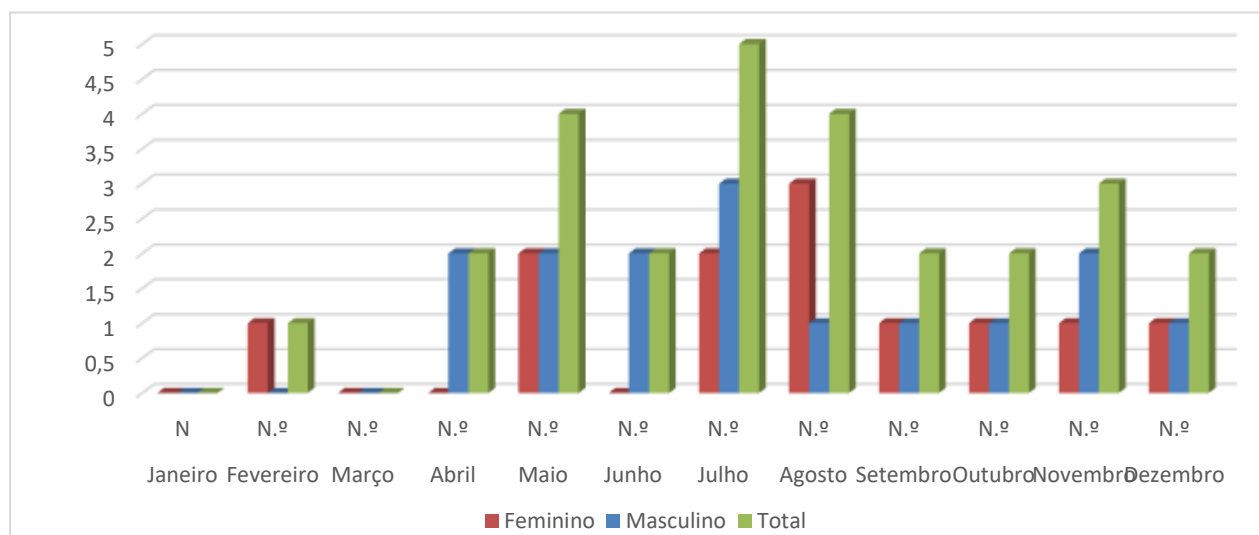
As admissões, ocorrem sempre que existe capacidade de resposta e vaga, no âmbito da capacidade do SAD. Como se observa a partir da sistematização dos dados na Tabela n.º 39 e Gráfico n.º 53 no mês de julho registou-se o maior número de admissões.



Tabela 39 | DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS ADMISSÕES

	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	N	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	-	-	1	4	-	-	-	-	2	7	-	-	2	7	3	11	1	4	1	4	1	4	1	4
Masculino	-	-	-	-	-	-	2	7	2	7	2	7	3	11	1	4	1	4	1	4	2	7	1	4
Total	-	-	1	4	-	-	2	7	4	14	2	7	5	18	4	15	2	8	2	8	3	11	2	8

Gráfico 53I DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS ADMISSÕES



Considerando a capacidade de trinta e oito, utentes, à data de 31 de dezembro de 2019 verificamos no que o que concerne à idade dos beneficiários dos serviços do SAD que o intervalo de idades compreendido entre os 80 e os 89 anos de idade representa 55% do total

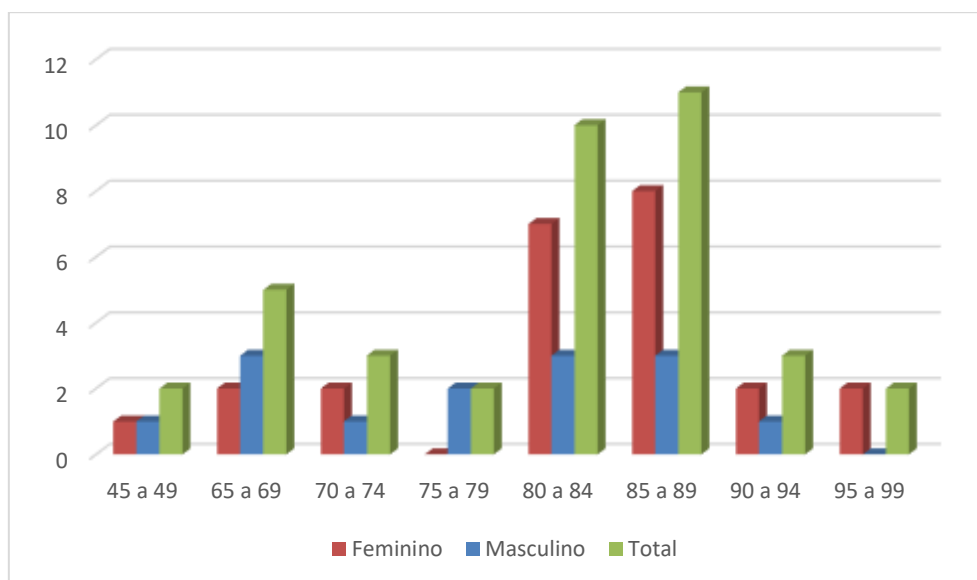


dos beneficiários do SAD, o que correspondia a vinte e um agregados familiares, conforme os dados apresentados na Tabela n.º 40 e Gráfico n.º 54.

Tabela 40 | DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES POR INTERVALO DE IDADES

SEXO	Distribuição dos Utentes por Intervalos de Anos de Idade															
	45 a 49		65 a 69		70 a 74		75 a 79		80 a 84		85 a 89		90 a 94		95 a 99	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Masculino	1	3	3	8	1	3	2	5	3	8	3	8	1	3	-	-
Feminino	1	3	2	5	2	5	0	-	7	18	8	21	2	5	2	5
Total	2	6	5	13	3	8	2	5	10	26	11	29	3	8	2	5

Gráfico 54 I DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES POR INTERVALO DE IDADES



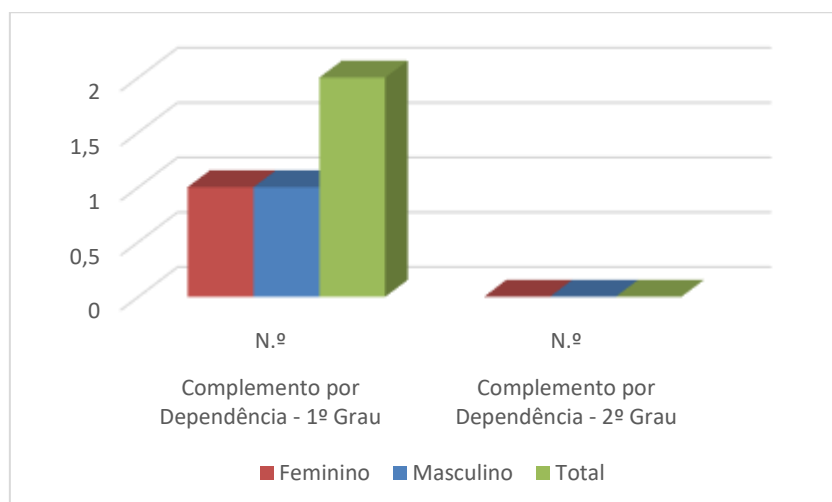
Sendo o SAD, por norma, uma resposta para pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas era de esperar que a maioria dos beneficiários do SAD tivesse requerido o complemento por dependência do 1.º grau, conforme dados sistematizados na Tabela n.º 41 e Gráfico n.º 55, dado que é uma prestação em dinheiro dada aos pensionistas que se encontram numa situação de dependência e que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana.



Tabela 41 | DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM COMPLEMENTO POR DEPENDÊNCIA ATRIBUÍDO

Género	Complemento por Dependência 1º Grau		Complemento por Dependência 2º Grau	
	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	3	s/inf	-
Masculino	1	3	s/inf	-
Total	2	5	-	-

Gráfico 55I DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM COMPLEMENTO POR DEPENDÊNCIA ATRIBUÍDO



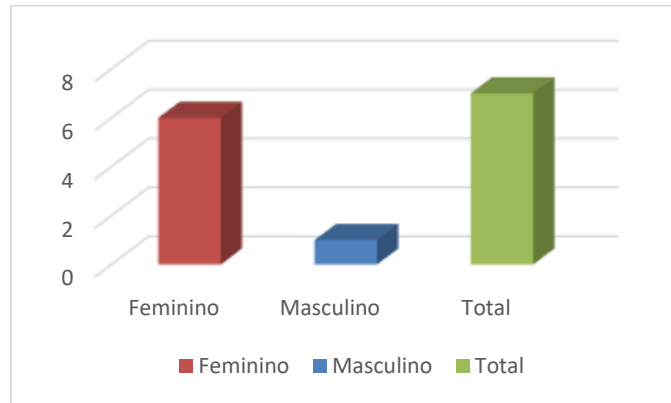
Quanto aos beneficiários do SAD que usufruem do sistema da ADSE, Tabela n.º 42 e Gráfico n.º 56, verificamos nos dados existentes à data, que sete utentes são beneficiários deste sub-sistema, pelo que podem usufruir do apoio na participação mensal.

Tabela 42 | DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES BENEFICIÁRIOS DA ADSE

Género	Beneficiários da ADSE	
	N.º	%
Feminino	6	16
Masculino	1	3
Total	7	18



Gráfico 56| Tabela 42| DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES BENEFICIÁRIOS DA ADSE



A contratualização de cada um dos serviços prestados pelo SAD, depende da situação de dependência física e ou psíquica do beneficiário e/ou da sua rede de suporte familiar em assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária.

Neste contexto, apresentamos a tipologia e número de serviços contratualizados da Tabela n.º 43 à Tabela n.º 46 e Gráfico n.º 57 ao Gráfico n.º 61.

Tabela 43| UTENTES COM UM SERVIÇO CONTRATUALIZADO

Género	Tipologia do Serviço					
	Cuidados de Higiene Pessoal		Alimentação		Tratamento Roupas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	3	7	18	--	--
Masculino	1	3	3	8	1	3
Total	2	5	10	26	1	3

Gráfico 57| UTENTES COM UM SERVIÇO CONTRATUALIZADO

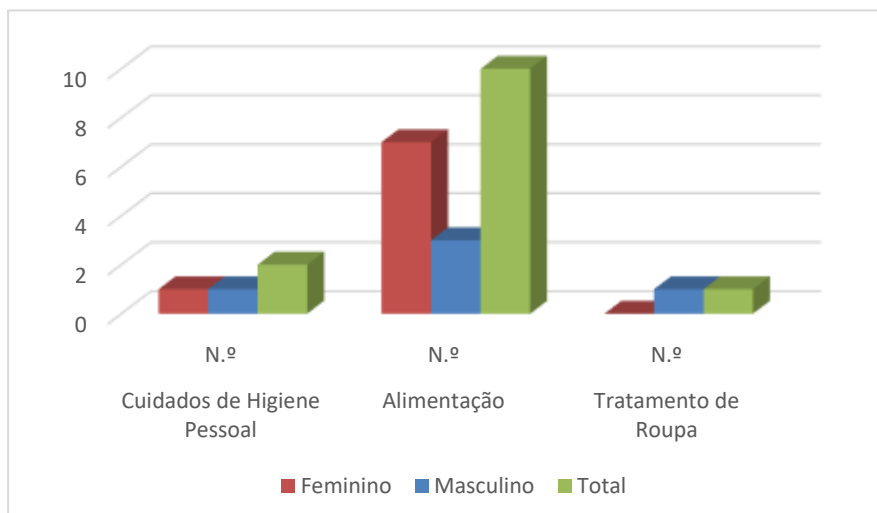




Tabela 44 | UTENTES COM DOIS SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

Género	Tipologia do Serviço									
	Cuidados de Higiene Pessoal e Alimentação		Alimentação e Tratamento Roupa		Alimentação e Higiene Habitacional		Cuidados de Higiene Pessoal e Higiene Habitacional		Alimentação e Apoio na Toma da Medicação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	2	5	4	10	2	5	1	3	2	5
Masculino	3	11	3	8	1	3	--	-	--	-
Total	5	18	7	18	3	8	1	3	2	5

Gráfico 58I UTENTES COM DOIS SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

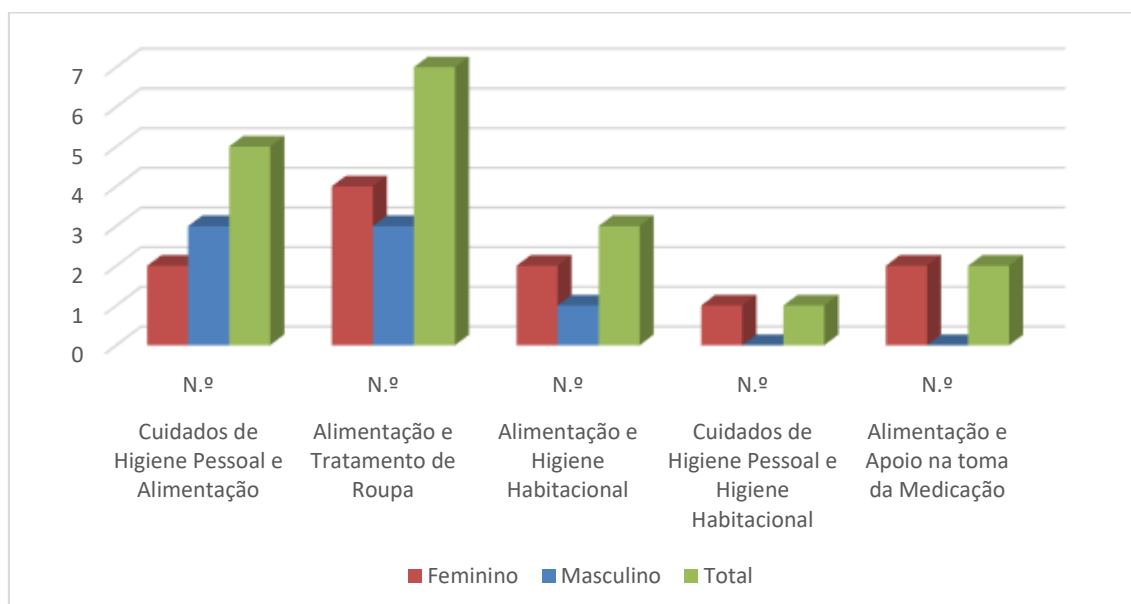


Tabela 45 | UTENTES COM TRÊS SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

Género	Tipologia de Serviços			
	Cuidados de Higiene Pessoal; Alimentação e Tratamento de Roupa		Cuidados de Higiene Pessoal; Alimentação e Higiene Habitacional	
	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	3	2	6
Masculino	1	3	1	3
Total	2	6	3	9



Gráfico 59I UTENTES COM TRÊS SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

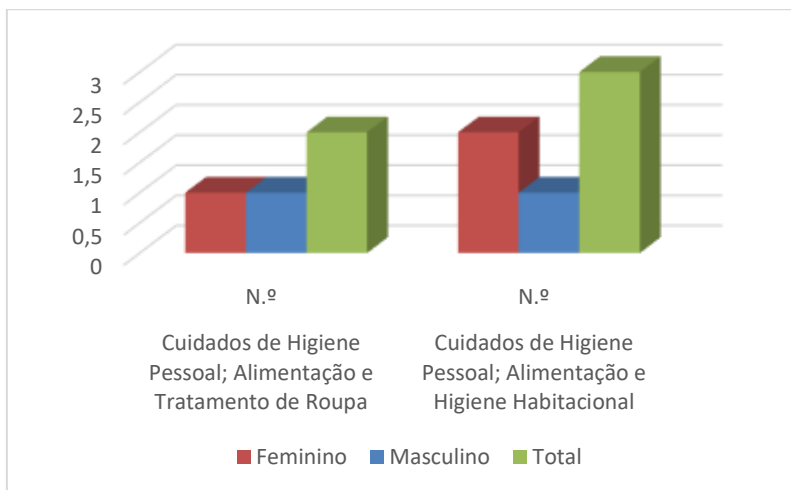


Tabela 46 | UTENTES COM CINCO SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

Género	Tipologia de Serviços	
	Cuidados de Higiene Pessoal; Alimentação; Apoio na Toma da Medicação; Tratamento de Roupa e Higiene Habitacional	
	N.º	%
Feminino	2	5
Masculino	--	-
Total	2	5

Gráfico 60I UTENTES COM CINCO SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

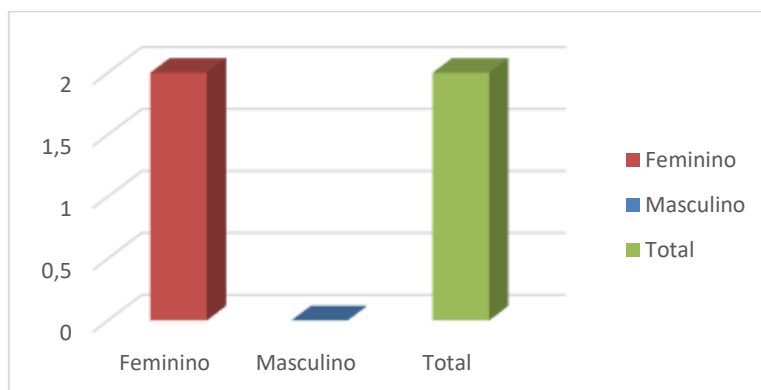
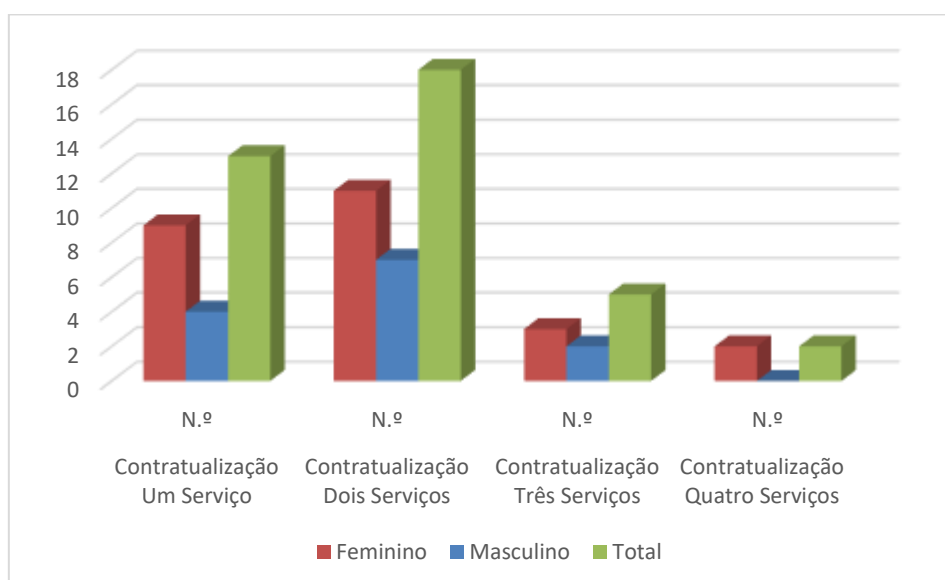




Tabela 47 | DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES PELO NÚMERO DE SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS

Género	Número de Serviços Contratualizados							
	Contratualização Um Serviço		Contratualização Dois Serviços		Contratualização Três Serviços		Contratualização Cinco Serviços	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	9	24	11	29	3	8	2	5
Masculino	4	11	7	18	2	5	--	--
Total	13	35	18	47	5	13	2	5

Gráfico 61I DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES PELO NÚMERO DE SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS



Dos trinta e oito utentes, apenas seis não contratualizaram o serviço de refeição, como se observa a partir da leitura da Tabela n.º 48 e Gráfico n.º 62.

Tabela 48 | DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO CONTRATUALIZADO

GÉNERO	ALIMENTAÇÃO										NÃO TEM	
	P. ALMOÇO E ALMOÇO		P. ALMOÇO; ALMOÇO E JANTAR		ALMOÇO		ALMOÇO E JANTAR		P. ALMOÇO E JANTAR			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
FEMININO	5	12%	12	32%	1	3%	1	3%	-	-	4	11%
MASCULINO	5	12%	5	13%	1	3%	1	3%	1	3%	2	5%
TOTAL	10	24%	17	45%	2	6%	2	6%	1	3%	6	16%



Gráfico 62I DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO CONTRATUALIZADO

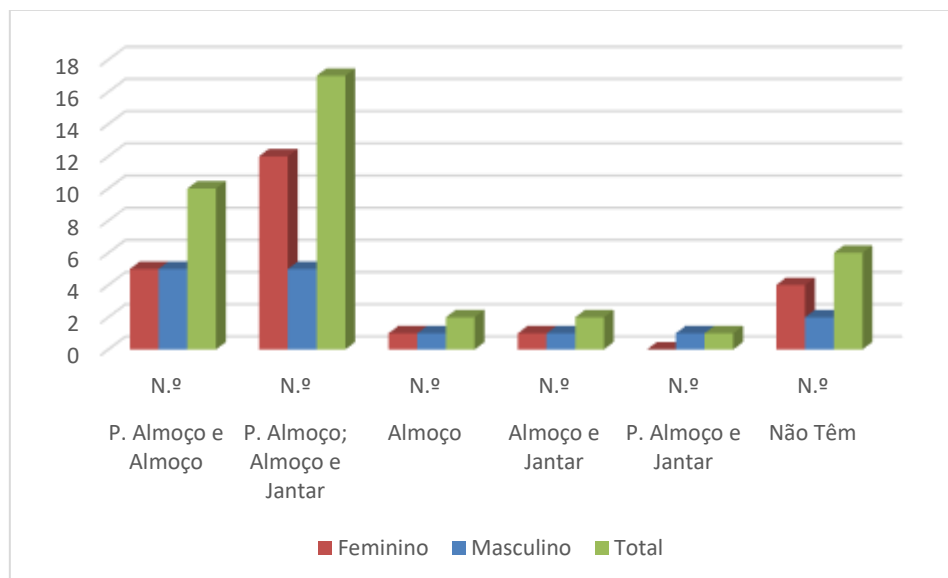
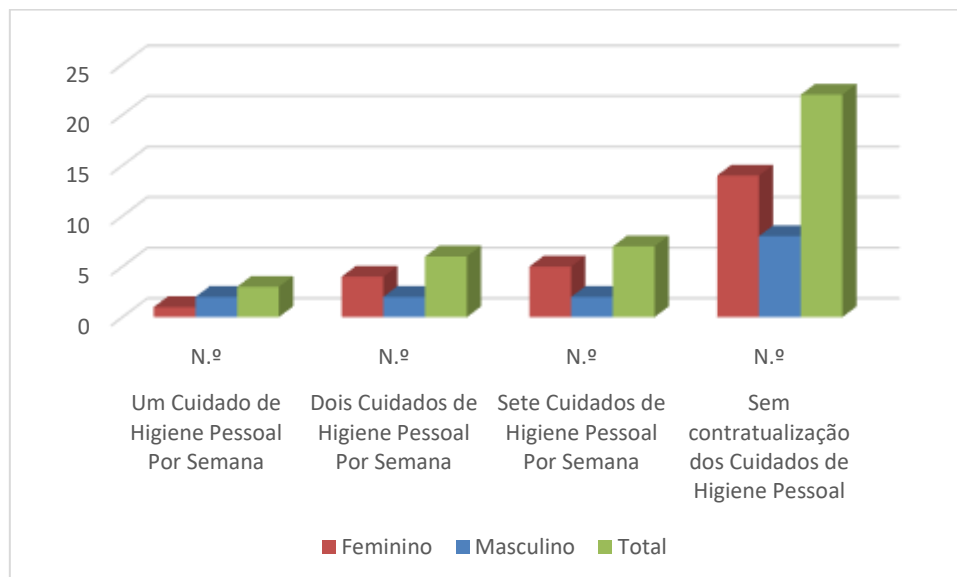


Tabela 49 DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM O SERVIÇO DE CUIDADO DE HIGIENE E CONFORTO PESSOAL POR SEMANA

Género	Número de Serviços de Cuidados de Higiene e Conforto Pessoal por Semana							
	Um Cuidado de Higiene Pessoal Por Semana		Dois Cuidados de Higiene Pessoal Por Semana		Sete Cuidados de Higiene Pessoal Por Semana		Sem contratualização dos Cuidados de Higiene Pessoal	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	1	3	4	11	5	13	14	37
Masculino	2	5	2	5	2	5	8	21
Total	3	8	6	16	7	18	22	58



Gráfico 63I DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES COM O SERVIÇO DE CUIDADO DE HIGIENE E CONFORTO PESSOAL POR SEMANA

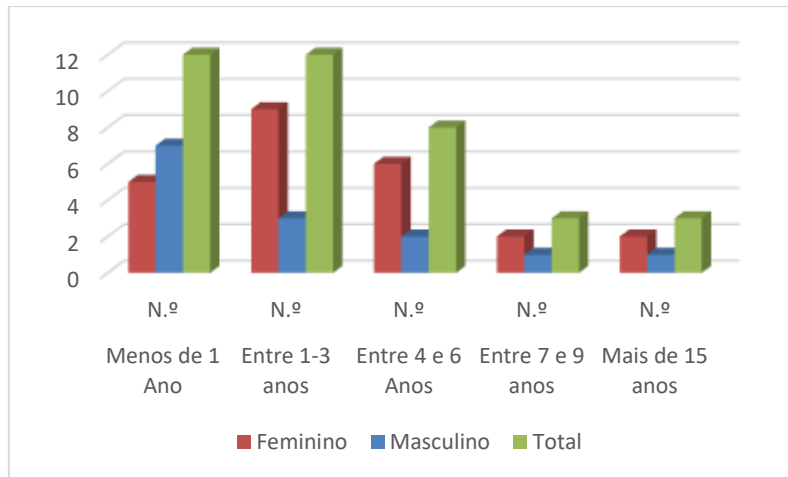


Analisando o tempo de permanência a usufruir dos serviços de SAD, verificamos a partir da análise da Tabela n.º 50 e Gráfico n.º 64.

Tabela 50| TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS UTENTES NA RESPOSTA

Género	Tempo de Permanência no SAD									
	Menos de 1 Ano		Entre 1-3 anos		Entre 4 e 6 Anos		Entre 7 e 9 anos		Mais de 15 anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminino	5	13	9	24	6	16	2	5	2	5
Masculino	7	18	3	8	2	5	1	3	1	3
Total	12	32	12	32	8	21	3	8	3	8

Gráfico 64I TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS UTENTES NA RESPOSTA



NOTA SÍNTESE

A Organização Mundial da Saúde define Envelhecimento Ativo como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem¹³.

O envelhecimento ativo é condicionado pelo género e a cultura e depende de vários determinantes relacionados com o indivíduo, tais como, os comportamentos, a utilização dos serviços de saúde, a família e o ambiente social económico e físicos.

Com o envelhecimento ocorrem alterações físicas e intelectuais que variam de pessoa para pessoa e dependem das características genéticas e dos hábitos tidos durante a vida. Uma alimentação saudável, a prática de atividade física adequada, uma boa hidratação, repouso e exposição moderada ao sol, assim como uma boa saúde mental, são fundamentais para um envelhecimento saudável¹⁴. A noção de envelhecimento ativo refere-se à possibilidade de envelhecer com saúde e autonomia, continuando a participar plenamente na sociedade enquanto cidadão. Independentemente da idade, todos podem continuar a desempenhar um papel na sociedade e a usufruir de uma boa qualidade de vida.

O desafio da SCMAS na operacionalização das respostas sociais, que desenvolve, consiste em aproveitar da melhor forma o enorme potencial que cada pessoa idosa conserva, até ao fim da vida¹⁵, desenvolvendo uma intervenção que mantenha e estimule as capacidades

¹³ Cf. WHO. Active Ageing. A Policy Framework. A contribution of the WHO to the Second United Nations World Assembly on Ageing, Madrid, Spain, April, 2002, citado em <http://www.dgs.pt/> programas e projetos > envelhecimento ativo>.

¹⁴ Ribeiro O, Paul C. Manual de Envelhecimento Activo, LIDEL Edições Técnicas, janeiro de 2011.

¹⁵ 2012 - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações: Acerca do ano. Disponível em: <http://europa.eu/ey2012/ey2012main.jsp?catId=971&langId=pt>.



remanescentes de cada residente. Na avaliação dos dados recolhidos e sistematizados no presente documento como propostas de intervenção futura:

- Na sequência de vários constrangimentos, no ano transato, os dados apresentados no presente documento são fruto do levantamento e sistematização da informação recolhida a partir dos registos quantitativos do Solf Gold e não da análise e avaliação do planeamento definido num Plano de Atividades para as respostas sociais, Serviço de Apoio Domiciliário e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, operacionalizadas pela SCMAS;
- Constatámos na sistematização dos dados, a necessidade em reformular os códigos e os procedimentos para o registo da intervenção, isto porque a matriz existente para a realização dos registos está centrada na tarefa, inexistindo a impossibilidade de recolha de dados qualitativos;
- A necessidade de continuar o “caminho” de repensar a organização e a metodologia de intervenção face aos “modos de pensar” e aos “modos de fazer” os cuidados aos residentes e utentes das respostas sociais desenvolvidas pela SCMAS, descentrando da atuação do profissional para a autonomia e independência do idoso, incrementando a relação terapêutica e promovendo a discriminação positiva dos cuidados, não pela sobre proteção, mas pela individualização do cuidado;
- Reforçar a intervenção, ao nível da frequência /intensidade da atividade física, dado que a mesma previne várias patologias e o declínio da capacidade funcional da pessoa idosa. A sua prática, moderada, regular e disciplinadamente é essencial para a boa saúde física e mental e a preservação da independência das pessoas idosas, para além de permitir controlar o peso, manter a massa muscular e óssea, melhorar o equilíbrio, a mobilidade e o tempo de reação, reduzindo assim o risco de quedas;
- Atribuir vagas nas ERPI para o alojamento em situações pontuais, decorrentes da ausência, impedimento ou necessidade de descanso do cuidador;
- Proceder à articulação, estreita, da intervenção quer da terapia ocupacional quer da animação sócio cultural com a equipa de cuidadoras;
- Repensar o desenho do Plano de Atividades para que o mesmo seja exequível não perdendo de perspectiva que a intervenção não farmacológica é a área de intervenção na qual as ERPI's e o SAD possuem um amplo campo para intervir;



- Implementar o sistema de acompanhamento e supervisão da metodologia de Cuidados em Humanidade®;
- Capacitar os colaboradores na área do envelhecimento;
- Desenvolver uma política de estágios académicos nas áreas do envelhecimento;
- Elaborar um Plano Estratégico;
- Implementar um Plano de Marketing Digital;

Como nota síntese, do presente documento, salientar que a SCMAS para continuar a fazer diferente, tem que manter presente no quotidiano da vida na casa Rainha D. Isabel, Emília Matos e José Godinho Jacob que a característica fundamental do envelhecimento é a diferença. Por isso, na programação de ações coletivas o importante é saber preservar a individualidade da Pessoa Idosa.



Outras Actividades

Farmácia

Pelo oitavo ano consecutivo a instituição conseguiu aumentar o seu resultado financeiro apesar do sector ainda permanecer em crise.

Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes, desramações e fertilidade do solo, na Herdade de Casas Novas, Torrinha e Cachopos.

Foi aplicado pelo segundo ano consecutivo o produto Fitossanitário TEPPEKI em 200 ha de pinhal manso na Herdade dos Cachopos para o combate ao *Leptoglossus Occidentalis*. Estas aplicações parecem estar relacionadas com uma maior produção de pinha neste povoamento relativamente aos demais de toda esta região.

Prédios Urbanos e Praça de Touros

Foi efectuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de toiros foi efectuada um reforço estrutural na bancada do Sector 4 por exigência do IGAC e após vistoria do LNEC, uma vez que apresentava fissuras e pequenos afastamentos. Esta intervenção impossibilitou a realização da corrida de Junho (Corrida da Pimel) o que acarretou prejuízos financeiros.

Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

Perspetivas futuras

Verificou-se que o primeiro trimestre de 2020 ficou marcado pelo aparecimento de uma pandemia designada por COVID-19, que vai ter impacto relevante na economia Mundial.

Assim, a Instituição está convicta que com a prevenção, e conjugação de esforços por parte dos nossos colaboradores, utentes, clientes, fornecedores e demais prestadores de serviços, está preparada para seguir em frente com alguma precaução.

Os anos subsequentes preveem-se difíceis, dependente da recuperação social e económica a nível nacional e mundial esta realidade terá necessariamente impacto na Instituição.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de 59.408,26 Euros sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 11 de março de 2020

A MESA ADMINISTRATIVA

Fernando Molha dos Reis

João Domingos Mirra Lopes

Valdemar das Dores Parreira

Rita Bebiana Cabral Rito

Gonçalo Pereira Lynce de Faria



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e dezanove, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta:-----

=PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e dezanove.-----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe.-----

Alcácer do Sal, 11 de Março de 2020

O Conselho Fiscal

Francisco Ricardo de Almeida
Manuel Eduardo Carreira Etelvino
Carlos Miguel Vicente Sobral



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL
BALANÇO INDIVIDUAL
 Dezembro 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	11.571.282,84	11.726.316,75
Ativos intangíveis	6	632,28	1.390,68
Ativos biológicos	7	505.913,40	505.913,40
Outros investimentos financeiros	19	26.397,50	274.328,46
		12.106.226,00	12.507.949,29
Ativo corrente:			
Inventários	8	178.851,10	169.794,64
Créditos a receber	9	117.455,84	130.969,28
Estado e outros entes públicos	10	2.351,29	10.683,50
Outros activos correntes	11	795.990,20	57.899,15
Diferimentos	12	10.677,56	10.582,68
Caixa e depósitos bancários	13	1.793.020,30	1.472.046,52
		2.898.346,29	1.851.975,77
Total do Ativo		15.004.572,29	14.359.925,06

Página 1 de 2

Handwritten signatures and initials:
 - Top signature: *Vincent*
 - Middle signature: *Alma*
 - Bottom signature: *RL*



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.582.523,13	5.577.562,75
Resultados transitados	20	244.571,58	244.571,58
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	511.404,85	553.678,13
		12.373.491,58	12.410.804,48
Resultado líquido do período	20	59.408,26	4.900,38
		12.432.899,84	12.415.764,86
Total do capital próprio		12.432.899,84	12.415.764,86
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	16	1.111.111,20	1.250.000,08
		1.111.111,20	1.250.000,08
Passivo corrente:			
Fornecedores	17	112.964,87	96.672,54
Estado e outros entes públicos	10	52.170,35	48.772,69
Financiamentos obtidos	16	138.888,88	139.752,66
Outros passivos correntes	18	404.292,64	405.812,28
Diferimentos	12	752.244,51	3.149,95
		1.460.561,25	694.160,12
Total do passivo		2.571.672,45	1.944.160,20
Total do Capital Próprio e do Passivo		15.004.572,29	14.359.925,06

Página 2 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2019

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERIODOS	
		2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	2.341.357,84	2.185.227,73
Subsídios, doações e legados à exploração	23	814.558,54	871.606,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.281.094,00)	(1.234.302,42)
Fornecimentos e serviços externos	24	(381.534,09)	(495.532,93)
Gastos com o pessoal	25	(1.534.129,52)	(1.481.813,37)
Outros rendimentos	26	383.851,37	402.436,58
Outros gastos	27	(68.959,86)	(42.775,70)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		274.050,28	204.846,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(215.807,41)	(200.761,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58.242,87	4.084,04
Juros e rendimentos similares obtidos	28	4.656,38	4.915,34
Juros e gastos similares suportados	29	(3.490,99)	(4.039,00)
Resultado antes de impostos		59.408,26	4.960,38
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		59.408,26	4.960,38
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por ação básico			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2 354 871,28	2 155 592,42
Pagamentos a fornecedores		-1 655 392,22	-1 735 039,19
Pagamentos ao pessoal		-1 534 129,52	-1 481 813,37
Caixa gerada pelas operações		-834 650,46	-1 061 260,14
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		1 107 928,22	1 131 133,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		273 277,76	69 873,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-60 015,08	-112 005,27
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-5 012,02
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		108,00	10 000,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		245 930,96	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		4 051,56	3 870,00
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		190 076,44	-103 147,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-138 888,88	-138 888,88
Juros e gastos similares		-3 490,54	-4 035,64
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-142 379,42	-142 924,52
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		320 973,78	-176 198,30
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 472 046,52	1 648 244,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 793 020,30	1 472 046,52
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		320 973,78	-176 198,30



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2019

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;

Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;



NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;

Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2018.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 -Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

3.1.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.



As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.



3.1.8 - Estado e outros entes públicos

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.1.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

3.1.12 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

3.1.13 - Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.



O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.1.14 - Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.



3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2019	2018
Caixa	3.426,46	2.116,78
Depositos à ordem	1.039.593,84	719.929,74
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
TOTAL	1.793.020,30	1.472.046,52

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2019 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.196.839,59	1.533.395,48	208.020,26	231.395,78	102.680,97	171.978,13	16.121.956,70
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.468.182,06)	(1.383.260,18)	(158.477,15)	(218.194,04)	(99.058,24)		(4.327.171,67)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.728.657,53	150.135,30	49.543,11	13.201,74	3.622,73	171.978,13	11.794.785,03
Período	Aquisições		19.530,00	22.917,21				89.088,06	131.535,27
	Alienações		(90,80)						(90,80)
	Depreciações do período		(149.121,66)	(33.738,44)	(11.890,35)	(3.760,69)	(1.492,41)		(200.003,55)
	Outras alterações		90,80	87.057,06				(87.057,06)	90,80
Fim do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.643.369,75	208.020,26	231.395,78	102.680,97	174.009,13	16.253.401,17
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.617.212,92)	(1.416.998,62)	(170.367,50)	(221.954,73)	(100.550,65)		(4.527.084,42)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.599.065,87	226.371,13	37.652,76	9.441,05	2.130,32	174.009,13	11.726.316,75



Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.643.369,75	208.020,26	231.395,78	102.680,97	174.009,13	16.253.401,17
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.617.212,92)	(1.416.998,62)	(170.367,50)	(221.954,73)	(100.550,65)		(4.527.084,42)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.599.065,87	226.371,13	37.652,76	9.441,05	2.130,32	174.009,13	11.726.316,75
Período	Aquisições			7.515,00		4.765,05		47.735,03	60.015,08
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.219,31)	(48.601,88)	(11.890,35)	(3.842,52)	(1.494,93)		(215.048,99)
	Outras alterações								
Fim do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.650.884,75	178.085,90	234.131,20	102.680,97	221.744,16	16.281.452,26
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.766.432,23)	(1.465.600,50)	(152.323,49)	(223.767,62)	(102.045,58)		(4.710.169,42)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.449.846,56	185.284,25	25.762,41	10.363,58	635,39	221.744,16	11.571.282,84



6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-7.515,88
	Quantia líquida escriturada	1.390,68
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	-758,42
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.274,30
	Quantia líquida escriturada	632,26

7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2019	2018
De Produção		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
TOTAL	505.913,40	505.913,40



8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2019				2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	151.719,72	963.101,53	-3.461,10	157.981,25	150.492,99	912.117,89	-6.379,71	151.719,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18.074,92	330.510,03		20.869,85	16.895,81	330.970,08		18.074,92
Subtotal	169.794,64	1.293.611,56	-3.461,10	178.851,10	167.388,80	1.243.087,97	-6.379,71	169.794,64
Total	169.794,64	1.293.611,56	-3.461,10	178.851,10	167.388,80	1.243.087,97	-6.379,71	169.794,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.281.094,00				1.234.302,42

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel, Valências Apoio Domiciliário, Centro de Acolhimento e Prédios Rústicos.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.281.094,00 €.



9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	62.099,83		62.099,83	73.731,50		73.731,50
Utentes conta Corrente	55.356,01		55.356,01	57.237,78		57.237,78
Clientes e utentes cobrança duvidosa	24.240,38	(24.240,38)	0,00	27.060,38	(27.060,38)	0,00
TOTAL	141.696,22	(24.240,38)	117.455,84	158.029,66	(27.060,38)	130.969,28

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2019	31-12-2018
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	2.351,29	10.683,50
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	6.530,50	8.680,60
Imposto sobre o valor acrescentado	9.136,34	6.314,42
Contribuições para a Segurança Social	36.503,51	33.777,67
TOTAL	52.170,35	48.772,69

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.



11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Outras contas a receber correntes						
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.551,46		4.551,46	2.200,13		2.200,13
Outros devedores	791.438,74		791.438,74	55.699,02		55.699,02
Pessoal						
Fornecedores c/c						
TOTAL	795.990,20	-	795.990,20	57.899,15	-	57.899,15

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente ao reconhecimento do rédito proveniente de juros de depósitos e outras receitas a receber no exercício seguinte.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla 750.000,00 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo e 35.781,33 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos a receber no exercício seguinte.

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2019	31-12-2018
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	10.677,56	10.582,68
TOTAL	10.677,56	10.582,68
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	752.244,51	3.149,95
TOTAL	752.244,51	3.149,95

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.



Rendimentos a reconhecer dizem respeito ao valor de 750.000,00 € a compartilhar pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 na reconstrução e remodelação do Lar José Godinho Jacob e 2.244,51 € de rendas, mensalidades e quotizações.

13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	3.426,46	2.116,78
Depósitos à ordem	1.039.593,84	719.929,74
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
TOTAL	1.793.020,30	1.472.046,52

14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2019			31-12-2018		
	Perdas por imparidade	Desreconhecimento	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	27.060,38	(2.820,00)	24.240,38	27.060,38	-	27.060,38
Total	27.060,38	(2.820,00)	24.240,38	27.060,38	-	27.060,38

15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2019
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	184.000,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	116.606,63
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	64.967,10
	593.147,49			365.573,73

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.



Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2019		31-12-2018	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	138.888,88	1.111.111,20	139.752,66	1.250.000,08
TOTAL	138.888,88	1.111.111,20	139.752,66	1.250.000,08

Os financiamentos correntes dizem respeito ao “Caixa Works”, com um prazo de contrato de 120 dias, bem como à parte dos financiamentos não correntes a ser liquidada no exercício seguinte.

Os financiamentos não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca), no montante de 2.500.000€.

17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores c/c		
Gerais	112.964,87	96.672,54
TOTAL	112.964,87	96.672,54



18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2019	31-12-2018
Pessoal	1.345,68	755,84
Fornecedores de investimentos		19.933,18
Credores por acréscimos de gastos	172.593,41	167.664,92
Outros credores	230.353,55	217.458,34
Clientes / Utentes		
TOTAL	404.292,64	405.812,28

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e gastos com bens em comum a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes e crédito da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos noutras empresas	5.475,44	5.509,44
Outros investimentos financeiros	22.922,06	268.819,02
TOTAL	28.397,50	274.328,46

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a obrigações as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal e Fundos de compensação.



20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.577.562,75	4.960,38	0	5.582.523,13
Resultados transitados	244.571,58	4.960,38	4.960,38	244.571,58
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	553.678,13		42.273,28	511.404,85
Resultado Líquido do Período	4.960,38	59.408,26	4.960,38	59.408,26
TOTAL	12.415.764,86	69.329,02	52.194,04	12.432.899,84

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com a transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

21 - Provisões

No exercício de 2019, não existem provisões reconhecidas.



22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2019	31-12-2018
Vendas		
- Mercadorias	1.355.866,92	1.273.022,85
- Activos Biológicos	112.246,12	60.580,40
	1.468.113,04	1.333.603,25
Prestações de Serviços		
- Quotizações	849.021,60	820.430,51
- Serviços farmacêuticos	4.283,86	7.921,67
- Cedência de exploração	15.953,34	18.870,00
- Serviços sociais	3.986,00	4.402,30
- Outros serviços	0,00	0,00
	873.244,80	851.624,48
TOTAL	2.341.357,84	2.185.227,73

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como pinha e pinheiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 9.870,00
- Praça de Touros 6.083,34

Os serviços sociais referem-se a reembolsos de alimentação.



23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2019	31-12-2018
Do Estado e outros entes públicos		
- Centro Regional Segurança Social	803.749,55	866.919,35
- Administração Regional de Saúde		
- Cont Local Desenvolvimento Social		2.000,00
- União das Misericórdias Portuguesas		
	803.749,55	868.919,35
De outras entidades		
- IFAP	2.677,47	2.686,77
- IEFP	8.131,52	
	10.808,99	2.686,77
TOTAL	814.558,54	871.606,12

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.



24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2019	31-12-2018
Subcontratos	12.330,00	23.990,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	50.322,50	31.884,30
Vigilância e segurança	1.201,50	
Honorários	41.467,00	60.424,34
Comissões	705,58	594,92
Conservação e reparação	54.451,68	107.794,45
Serviços bancários	485,06	804,40
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12.235,23	21.297,74
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	8.065,49	6.245,95
Artigos para oferta		1.353,00
Outros	8.048,04	25.957,86
Energia e fluidos		
Electricidade	48.309,34	47.797,84
Combustíveis	5.926,23	8.616,05
Água	20.631,38	23.267,08
Outros	45.460,67	44.282,24
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.799,72	6.585,58
Transportes de mercadorias	68,20	41,04
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.940,28	2.536,53
Comunicação	12.007,68	17.403,80
Seguros	9.091,28	9.472,88
Contencioso e notariado	285,60	781,78
Despesas de representação	68,00	416,90
Limpeza, higiene e conforto	6,23	36,87
Outros serviços	40.627,40	53.947,38
TOTAL	381.534,09	495.532,93



25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações do pessoal	1.255.517,38	1.200.900,02
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	210,13	163,76
Indemnizações		7.700,00
Encargos sobre remunerações	247.737,33	240.223,94
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.810,00	11.613,07
Gastos de ação social	3.305,88	3.049,94
Outros gastos com pessoal	14.548,80	18.162,64
Dos quais:		
Gastos com formação	5.935,32	2.555,94
Gastos com fardamento		7.079,95
TOTAL	1.534.129,52	1.481.813,37

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 foram as seguintes:

2019 = 110 funcionários

2018 = 110 funcionários



26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos suplementares Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	56.482,98	54.122,23
Cedência de energia	371,68	
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.674,72	4.406,27
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros Alienações	108,00	10.000,00
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	253.785,26	239.478,00
Outros	69.428,73	94.430,08
TOTAL	383.851,37	402.436,58

Alienações:

Abate de viatura - Centro de abate

Descrição da rubrica “Outros”:

- Correções relat per trib anteriores	2.257,97 €
- Imputação de subsídios ao investimento	42.273,28 €
- Ganhos em outros instrumentos financeiros	1.520,00 €
- Correções do exercício	162,48 €
- Indemnizações	16.188,07 €
- Donativos	<u>7.026,93 €</u>
	<u>69.428,73 €</u>

**INDEMNIZAÇÕES:**

16.188,07 € - Pellets Power 2 - Produção de Pellets, Lda por danos causados na
Herdade de Castelo de Arêz.

27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2019	31-12-2018
Impostos	3.629,64	3.088,36
Dívidas incobráveis	10.813,63	
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	87,98	4.818,08
Donativos	1.292,70	600,00
Quotizações	12.258,97	11.888,87
Perdas em instrumentos financeiros	34,00	
Outros não especificados	40.842,94	22.380,39
Subtotal	54.516,59	39.687,34
TOTAL	68.959,86	42.775,70

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2019	31-12-2018
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	604,82	697,92
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	4.051,56	4.217,42
TOTAL	4.656,38	4.915,34



29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2019	31-12-2018
Juros suportados		
Financiamentos bancários	3.490,54	4.035,64
Outros	0,45	3,36
TOTAL	3.490,99	4.039,00

30 - Acontecimentos após data de Balanço

Após a data do Balanço, verificou-se um acontecimento designado por COVID-19, que em 11 de Março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia com consequências importantes para a Economia Mundial, tendo a Instituição considerado que não traz consequências financeiras para a mesma, não sendo necessário proceder a qualquer ajuste.

31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 15.004.572 euros e um total de capital próprio de 12.432.900 euros, incluindo um resultado líquido de 59.408 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano físico naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

1 de 2

OL VEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Rua da Misericórdia, 100, 1300-000 Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Rua da Misericórdia, 100, 1300-000 Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal

DEPARTAMENTO DE CONTAS - CENTRO DE SERVIÇOS
Rua da Misericórdia, 100, 1300-000 Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal

DEPARTAMENTO DE CONTAS - CENTRO DE SERVIÇOS
Rua da Misericórdia, 100, 1300-000 Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer do Sal



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA, detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conhecer procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma

2 de 3



Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, R.O.C. nº 1266